



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Karina Nathalie Beck

Outras Formas de Habitar o Planeta: O Urbanismo Pré-Colombiano na Amazônia Frente
às Narrativas Tradicionais de Desenvolvimento Sociopolítico

Florianópolis

2024

Karina Nathalie Beck

Outras Formas de Habitar o Planeta: O Urbanismo Pré-Colombiano na Amazônia Frente às Narrativas Tradicionais de Desenvolvimento Sociopolítico

Trabalho de Conclusão do curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador(a): Profº Dr. Lucas de Melo Reis Bueno

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Beck, Karina Nathalie

Outras formas de habitar o planeta : o urbanismo pré colombiano na Amazônia frente às narrativas tradicionais de desenvolvimento sociopolítico / Karina Nathalie Beck ; orientador, Lucas de Melo Reis Bueno, 2024.

57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Urbanismo amazônico. 3. Complexificação social. 4. Narrativas evolucionistas. I. Bueno, Lucas de Melo Reis. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo(a) Professor Lucas De Melo Reis Bueno Orientador e Presidente, pelo Professor Fábio Augusto Morales, Titular da Banca e pelo Professor Morgan Jason Schmidt, Suplente, designados pela Portaria nº 34/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Karina Nathalie Beck da Rosa**, subordinado ao título:”**Outras formas de habitar o planeta: o urbanismo pré-colombiano na Amazônia frente às narrativas tradicionais de desenvolvimento sociopolítico**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor Lucas De Melo Reis Bueno a nota final 10,0, do Professor Fábio Augusto Morales a nota final 10,0 e do Professor Morgan Jason Schmidt a nota final -; sendo aprovada com a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Lucas De Melo Reis Bueno

Prof. Fábio Augusto Morales

Prof.Morgan Jason Schmidt

Candidata Karina Nathalie Beck da Rosa



Documento assinado digitalmente
Lucas de Melo Reis Bueno
Data: 12/12/2024 14:37:06-0300
CPF: ***.819.188-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



Documento assinado digitalmente
Fabio Augusto Morales Soares
Data: 12/12/2024 16:29:01-0300
CPF: ***.305.688-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



Documento assinado digitalmente
KARINA NATHALIE BECK DA ROSA
Data: 13/12/2024 11:42:35-0300
CPF: ***.894.280-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Karina Nathalie Beck da Rosa, matrícula n.º 19101320, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Outras Formas de Habitar o Planeta: O Urbanismo Pré-Colombiano na Amazônia Frente às Narrativas Tradicionais de Desenvolvimento Sociopolítico, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de Dezembro de 2024.



Documento assinado digitalmente

Lucas de Melo Reis Bueno

Data: 18/12/2024 16:59:24-0300

CPF: ***.819.188-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

Dedico este trabalho a minha irmã Clarissa, para quem tento deixar um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Meu forte sempre foram as palavras de afeto. Depois de muitas páginas de uma escrita acadêmica, é aqui que me deleito. Deleito-me por não precisar mais soar contida, pragmática e objetiva. Mas, curiosamente, é aqui que mais citarei referências – sem ano e paginação – mas, ainda assim, referências, sem as quais nem o mais simples dos parágrafos seria escrito. Começo pelas mais básicas e imprescindíveis:

À minha mãe, que nunca me fez questionar nenhuma das minhas escolhas ou potencialidades, que me ensinou sobre a empatia com o humano e o não-humano, sentimento que hoje guia minhas urgências de pesquisa – todas as plantas (e o amor) do mundo. Ao meu tio, que me deu o primeiro livro de poesia e tantos outros depois desse, que me serviu de exemplo correndo o Brasil atrás de sua própria pesquisa – todas as palavras mais significantes. A esses dois, atribuo grande parte dos meus ideais políticos, filosóficos e musicais. Ao meu pai de coração, que disse não entender nada do meu projeto, mas destacou cada questão de português “só pra conferir”; que dirigiu quilômetros incontáveis para que casa não fosse sinônimo de distância intransponível – todos os diferentes significados de família do mundo. A esses três, faço ainda um agradecimento prático – afinal, nem só de ideologia sobrevive um jovem de humanas – por todos os esforços monetários para me manter confortável longe de casa. À minha avó, que tanto me conta histórias de família, desde a época em que juntas assistíamos ao “Vale a Pena Ver de Novo” – eu com a mamadeira e ela com o chimarrão – por todos os anos dedicados à nossa criação, todas as risadas mais gostosas do mundo. Digo “nossa criação” porque, de onde eu vim, veio também Clarissa. Com 16 anos de diferença, quando saí de casa, Clarissa tinha apenas 2 anos; hoje já tem 8. Por muito tempo, foi meu maior aperto no peito; cada visita em casa era uma nova pessoa me chamando de mana. Hoje, é alguém que me enche de afeto, fala da mana que mora longe para absolutamente todo mundo e diz que um dia vai morar comigo. Que venha. Às duas irmãs que distância alguma separa, toda uma vida de encontros pela frente.

Por sorte, a mais de 700 km de casa, encontrei também os meus para chamar de família. Aos meus amigos mais íntimos – Maria Luiza, Lucas e Desirée – agradeço pelas horas incontáveis de troca, pelos abraços, risadas, cervejas, trabalhos e tantos outros. Agradeço pela “vida universitária”, que sem vocês chamaria-se apenas “universitária”. Tenho certeza que vocês viverão em mim para muito além dela. Ao Igor, meu bem, por todas as lágrimas limpas depois das crises de estresse, por todos os lanches preparados e silenciosamente colocados ao lado do computador, por todas as milhares de revisões, pelos momentos de descontração que

jamais seriam possíveis sem ti, por comemorar cada pequena vitória minha como se fosse tua – te desejo paz e afeto onde quer que você construa morada. Faço ainda uma menção honrosa à Guria Guaipeca, minha fiel escudeira e maior fornecedora de afeto, e à Marrie, que no momento dorme no meu colo. Obrigada a todos vocês por serem minha família por escolha. A nós, todas as alegrias da vida adulta.

Por fim, agradeço àqueles que fizeram parte da minha construção como pesquisadora: ao meu primeiro e eterno orientador, Fábio Morales, que, desde o primeiro semestre, me estendeu a mão e abriu todas as portas possíveis. Por todas as matérias lecionadas e encontros do Mithra, pelos dois anos de iniciação científica com discussões semanais, por me apresentar à planta de dezenas de cidades antigas e me introduzir ao urbanismo, pela monitoria, pelo terrário da tartaruga, pelos conselhos acadêmicos e extra acadêmicos, e por não se fazer menos presente quando decidi trocar Delos pela Amazônia – meu mais sincero obrigada. Agradeço também ao meu orientador, Lucas Bueno, que aceitou me guiar após minha mudança drástica de tema – decisão essa que tomei a partir de suas aulas. O qual segue me orientando, emprestando livros e me apresentando os bastidores da arqueologia amazônica.

Sem todas essas pessoas, eu jamais estaria aqui.

“Então eu pensava: é claro que esta gente não compreende nosso modo de viver. O tempo deles é quadrado e o nosso é circular. Eles gostam de cantos, de esquinas nós gostamos do infinito; eles querem segurança, nós liberdade; eles querem controlar a vida, nós queremos vivê-la.” (Munduruku, 2017, p.3)

RESUMO

Este trabalho busca repensar narrativas sobre o desenvolvimento sociopolítico das sociedades humanas, explorando o contexto amazônico pré-colombiano como um contraponto às teorias tradicionais predominantemente baseadas em ambientes temperados, fundamentadas por Childe. Focado nas especificidades das organizações espaciais e na complexificação social na Amazônia durante o Holoceno recente, o estudo propõe rediscutir conceitos como Revolução Neolítica e Urbana, considerando os padrões de ocupação e manejo ambiental evidenciados por pesquisas arqueológicas recentes na região. A pesquisa aborda dois eixos principais: os processos de domesticação de plantas e sua relação com as dinâmicas de mobilidade e alimentação, e a formação de agrupamentos populacionais com organização econômica e política distinta. Com base em dados arqueológicos e etno-históricos, o estudo desafia modelos desenvolvimentistas lineares, ampliando o debate sobre urbanismo e a construção de paisagens antropogênicas. Além disso, a investigação ressalta a relevância contemporânea dessas discussões, propondo a arqueologia como ferramenta para inspirar novas formas de gestão ambiental e organização social diante da emergência climática.

Palavras-chave: Narrativas evolucionistas; Complexificação social; Urbanismo amazônico.

ABSTRACT

This work seeks to rethink narratives about the socio-political development of human societies, exploring the pre-Columbian Amazonian context as a counterpoint to traditional theories predominantly based on temperate environments, substantiated by Childe. Focused on the specificities of spatial organization and social complexification in the Amazon during the recent Holocene, the study proposes to re-discuss concepts such as the Neolithic and Urban Revolutions, considering the patterns of occupation and environmental management evidenced by recent archaeological research in the region. The research addresses two main axes: the processes of plant domestication and their relationship with the dynamics of mobility and food, and the formation of population groups with distinct economic and political organization. Based on archaeological and ethnohistorical data, the study challenges linear development models, broadening the debate on urbanism and the construction of anthropogenic landscapes. In addition, the research highlights the contemporary relevance of these discussions, proposing archaeology as a tool to inspire new forms of environmental management and social organization in the face of the climate emergency.

Keywords: Evolutionary narratives; Social complexification; Amazonian urbanism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa “Centros independentes de domesticação de plantas e animais”	26
Figura 2 – Distribuição espacial e exemplificação de Terra Preta Antropogênica	36
Figura 3 – Entrevista com o Kamankgagü Kuikuro	37
Figura 4 – Redes regionais no Alto Xingu (A e B)	39
Figura 5 – Conceito artístico da aldeia de Kuhikugu	40
Figura 6 – Mapas detalhados de dois edifícios-plataforma em forma de U	42
Figura 7 – Plano magnetométrico do megassito de Nebelivka	48
Figura 8 – Disposição da Aldeia Kuikuro	49
Figura 9 – Localização da área de estudo, sítios e transectos de amostragem no Alto Xingu	50
Figura 10 – Mega-sítios ucranianos em relação	50

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	NARRATIVAS TRADICIONAIS: DA AGRICULTURA ÀS CIDADES	17
2.1	CONCEITOS DETERMINANTES EM GORDON CHILDE	18
2.2	CRÍTICAS RELEVANTES AO CONCEITOS TRADICIONAIS	22
2.2.1	SOBRE A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA	23
2.2.2	SOBRE A REVOLUÇÃO URBANA	27
3.	DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E MODELOS EVOLUCIONISTAS NA AMAZÔNIA	32
3.1	AMAZÔNIA VISTA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS TRADICIONAIS	33
3.2	PESQUISAS RECENTES	34
4.	INCOMPATIBILIDADE ENTRE ESTÁGIOS EVOLUCIONISTAS E OS CONTEXTOS AMAZÔNICOS OU, ATÉ ONDE ESSAS NARRATIVAS SE RELACIONAM	44
4.1	ENTRE A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA E O MANEJO AMBIENTAL	44
4.2	ENTRE A REVOLUÇÃO URBANA E AS “CIDADES JARDIM”	47
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6.	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo do livro *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*, Graeber e Wengrow questionam: “E se, [...] perguntássemos como acabamos presos em grilhões conceituais tão rígidos que não conseguimos mais sequer imaginar a possibilidade de nos reinventar?” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 23). Tendo a pensar que esses grilhões foram construídos em muito por historiadores e arqueólogos¹ que, em sua busca por uma teleologia da história humana, tentaram encaixar todo tipo de vestígio em uma lógica processual evolutiva, reafirmando constantemente uma noção de único fim possível, inevitável e natural. Chegamos a um ponto onde nos reinventarmos se faz fundamental. Construímos (ou destruímos?) uma era geológica, onde somos os atores principais. Graeber e Wengrow, assim como estudiosos indígenas como Ailton Krenak (2019, 2022) e Daniel Munduruku (2017), nos estimulam a pensar outras formas de ser e estar no planeta, seja através de exemplos antigos ou contemporâneos. É através dessas infinitas possibilidades que a arqueologia recente tem buscado revisitar histórias há muito tempo contadas da mesma forma. Não mais buscando as origens da civilização, mas sim olhando para tudo que foi ignorado ou remodelado por não se encaixar nessa narrativa, abrindo caminhos para novas perspectivas.

Nesse contexto, a Amazônia emerge como um desafio e uma oportunidade. Estamos vivendo um momento histórico em que a floresta é frequentemente citada em discursos emocionados sobre a necessidade de sua proteção diante da emergência climática. Ainda que o alvo desses discursos seja o futuro da floresta, seu passado também levanta questões importantes a serem debatidas frente ao período que vivemos. As pesquisas arqueológicas na Amazônia têm demonstrado que, longe de ser uma região intocada e isolada, a floresta é fruto de interações milenares entre humanos e o meio ambiente, resultando em paisagens antropogênicas e padrões de ocupação que desafiam as narrativas evolucionistas tradicionais.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é destacar como as trajetórias históricas da Amazônia no tempo profundo podem contribuir para uma revisão crítica dos modelos e narrativas sobre o desenvolvimento sociopolítico das sociedades humanas. Para isso, serão exploradas questões que interligam narrativas globais sobre urbanismo antigo e o povoamento amazônico pré-colombiano.

A Amazônia oferece uma oportunidade singular para repensar classificações

¹ É importante lembrar que historiadores e arqueólogos estão inseridos em contextos sociais, culturais e políticos – as narrativas construídas dialogam com relações de poder de seu tempo. Sendo assim, temos que ter cuidado para não personificar o debate (Trigger, 2011).

tradicionais sobre formas de habitação em larga escala e questionar padrões historiográficos predominantes sobre o surgimento das cidades e sua relação com o ambiente. Ao longo do estudo, será debatido como as teorias desenvolvidas a partir de casos específicos de ambientes temperados – como as elaboradas por Childe (1950, 1965) e outros historiadores – dialogam com os contextos amazônicos. O foco recairá sobre as especificidades da complexificação social e da organização espacial na região, demonstrando que as sociedades amazônicas desenvolveram soluções únicas de manejo de plantas, animais e paisagens urbanas.

Quando Ulpiano Meneses descreveu a cidade como a intersecção entre artefato, campo de forças e imagem, e como “o artefato é sempre produto e vetor deste campo de forças” (Meneses, 1996, p. 149), passei a considerar o traçado urbano visível em sítios arqueológicos como uma rica fonte acerca do funcionamento das sociedades. Ao longo de dois anos de iniciação científica, estive em contato com a importância do urbanismo no desenvolvimento de diferentes civilizações, especialmente as ocidentais usadas para atestar uma série de estudos criticamente analisados no desenvolvimento dessa pesquisa. Tais narrativas tradicionais corroboram com uma espécie de passo a passo do desenvolvimento civilizacional das sociedades o qual pressupõe que, se queremos falar de urbanismo, precisamos primeiro falar de agricultura, então o faremos.

No entanto, quando pensamos no caso da Amazônia pré-colombiana, não há indícios de nenhuma espécie de sociedade agrária - ainda que haja um intenso manejo de plantas. Diante da ausência de agricultura extensiva, de documentação escrita e de grandes construções de pedra, durante muito tempo a Amazônia foi encaixada como uma área pré-civilização. Mas, com a intensa pesquisa arqueológica na região, torna-se visível a possibilidade de utilizar os múltiplos assentamentos encontrados para discutirmos ideias como urbanismo conectado na região. Essa proposta remete a conjuntos de assentamentos amazônicos que refletem uma organização espacial integrada, em especial os sítios estudados por Michael Heckenberger (2008, 2009) no Alto Xingu datados por volta do ano 1000 da Era Comum (EC)².

Com isso em mente, esta pesquisa centrará dois pontos principais da narrativa geral da história humana, pensados a partir da Amazônia. O primeiro trata da “Revolução Neolítica”, dos processos de domesticação³ de plantas e animais e sua associação com transformações nas

² Optei por utilizar EC como sistema de datação frente ao tradicional *Anno Domini*, seguindo a linha de novas produções arqueológicas.

³ O conceito de domesticação, embora amplamente utilizado, tem sido alvo de disputas e revisões em contextos indígenas. Tradicionalmente associado à modificação de paisagens para atender às necessidades humanas, carrega conotações de "dominação e controle, frequentemente associadas à colonização europeia e à agricultura industrial" (Clement et al., 2024, p. 56). Em contraste, práticas indígenas amazônicas, fundamentadas em relações de "negociação e respeito, cuidado e cultivo" (Clement et al., 2024, p. 57), desafiam essa visão unilateral. Povos

dinâmicas de mobilidade e produção de alimentos de grupos humanos ao longo do Holoceno. O segundo aborda a “Revolução Urbana”, a formação dos primeiros agrupamentos populacionais e sua organização econômica e política. Esses dois pontos abarcam grande parte das discussões sobre a natureza humana e o desenvolvimento sociopolítico das sociedades. Contudo, as principais teorias foram desenvolvidas a partir de casos específicos em ambientes temperados do Oriente Próximo, gerando padrões desenvolvimentistas bastante particulares. Em contraste, a complexificação social nas sociedades da Amazônia, conforme mostram pesquisas arqueológicas (Heckenberger, 2008, 2009; Neves, 1999, 2018, 2020; Fausto, 2018), evidencia modos diferentes de manejar plantas, animais, cerâmica e espaços urbanos, desafiando narrativas tradicionais sobre o surgimento e desenvolvimento das civilizações humanas.

Quando me deparei com as implicações de fazer parte de uma das gerações centrais na emergência climática, me deparei também com a total incapacidade de escolher outro objeto que estudo que não estivesse intrinsecamente ligado a outras formas de gerir o planeta. Ainda que hoje exista uma gama de novas pesquisas sobre o ocidente que quebram narrativas tradicionais, sempre me foi incômodo a ausência de outros contextos na elaboração das grandes teses mais difundidas. Afinal, perguntas como “Será que os padrões do passado fornecem pistas para a gestão de recursos hoje?” (Heckenberger et al, 2008, p. 1214, tradução livre) podem ter respostas significativas muito mais perto do que ousamos imaginar.

As perguntas colocadas até aqui são apenas uma seleção de todas aquelas que podemos fazer para orientar não apenas uma reflexão sobre as possibilidades que a arqueologia amazônica oferece, mas também a relevância dessas discussões para questões contemporâneas, para questões de esperança. Afinal, compreender o passado não significa apenas revisitar antigas histórias, mas também buscar inspirações para novas formas de habitar e coexistir no planeta.

amazônicos percebem os seres não-humanos como portadores de atributos sociais, "transformando o processo em uma construção cultural de nichos ecológicos" (Clement et al., 2024, p. 57). Por se tratar de um tema em disputa, o termo "domesticação" será utilizado ocasionalmente, assim como "manejo", que é preferido em trabalhos colaborativos com comunidades indígenas.

2 NARRATIVAS TRADICIONAIS: DA AGRICULTURA ÀS CIDADES

Quando se trata de escrever uma história geral da “evolução” social humana, as narrativas convencionais — sejam elas formuladas por historiadores, arqueólogos, antropólogos, cientistas políticos, entre outros — tendem a posicionar diferentes povos dentro de uma série de etapas que culminariam na civilização atual. Parte fundamental desse processo envolveria a transição para um estilo de vida nômade para uma vida agrícola e sedentária, resultando na criação da propriedade privada e, eventualmente, das cidades (Childe, 1965). Esse modelo linear, embora amplamente aceito em sua época, reflete uma visão evolucionista da história, ainda presente em muitas abordagens. A ideia de que as sociedades humanas progredem inevitavelmente por estágios sequenciais, do “primitivo” ao “civilizado”, é um legado de pensadores do século XIX, como Herbert Spencer (1820–1903), que sugerem que o desenvolvimento técnico e social segue uma trajetória predeterminada.

Segundo Childe (1965), tais categorias carregam limitações significativas, destacando como o foco excessivo na linearidade tende a obscurecer as variações regionais e os diferentes ritmos de transformação social. Para ele, embora esse esquema ajude a organizar dados históricos, frequentemente falha ao capturar a complexidade das interações humanas com o meio ambiente e entre si, limitando-se a uma explicação funcionalista e unidimensional da história. Mas como veremos neste capítulo, as Revoluções Neolítica e Urbana propostas por Childe estão enraizadas em muitas dessas mesmas premissas evolucionistas.

É importante ressaltar que a arqueologia clássica se desenvolveu como disciplina em um contexto europeu profundamente influenciado pelo Iluminismo e pelo colonialismo. Segundo Trigger (1989), as primeiras práticas arqueológicas foram moldadas por uma busca por evidências que sustentassem ideias de superioridade cultural e progresso linear, fortemente ancoradas no modelo eurocêntrico. Culturas complexas, como as civilizações do Crescente Fértil, foram idealizadas como o ápice do desenvolvimento humano, enquanto sociedades africanas, ameríndias ou oceânicas eram frequentemente marginalizadas ou tratadas como “estagnadas”. A difusão de tais conceitos para contextos globais refletiu uma tendência de universalizar categorias específicas de desenvolvimento, como a tríade caçador-coletor, agricultor e urbano, ignorando variações locais e trajetórias alternativas.

No campo da educação, os conceitos da arqueologia clássica foram amplamente difundidos por meio de livros didáticos e programas escolares que enfatizavam a história das “grandes civilizações”, como Egito, Grécia e Roma. Segundo Bruce Trigger (1989), essa

abordagem refletia não apenas uma preferência acadêmica, mas também um esforço político para consolidar uma identidade cultural eurocêntrica, especialmente em nações imperialistas.

Estudos contemporâneos, no entanto, têm desafiado essas perspectivas. Cada vez mais pesquisas, com abordagens inovadoras em seus recortes geográficos e temporais, têm demonstrado que tais teorias não se sustentam nem mesmo dentro das limitações dos contextos em que foram formuladas. Trabalhos como *O Despertar de Tudo: uma nova história da humanidade* (2022), de David Graeber e David Wengrow, e *Against the Grain: a deep history of the earliest states* (2017), de James C. Scott, têm oferecido críticas contundentes a essa visão linear e determinista. Essas obras baseiam-se em pesquisas de diferentes partes do mundo e rejeitam abordagens essencialistas ou evolucionistas.

2.1 CONCEITOS DETERMINANTES EM GORDON CHILDE

Gordon Childe (1892-1957), foi um dos arqueólogos mais influentes do século XX, cujas contribuições marcaram profundamente o entendimento das origens das primeiras “civilizações” humanas. Seu trabalho foi fundamental na formulação de conceitos arqueológicos que ainda ecoam em estudos contemporâneos, não apenas por suas contribuições teóricas, mas também por sua habilidade em transformar grandes volumes de dados arqueológicos em modelos abrangentes sobre o desenvolvimento humano. Inicialmente, sua trajetória foi fortemente influenciada pelo histórico-culturalismo, que buscava identificar culturas arqueológicas por meio de conjuntos de artefatos característicos. Essa abordagem tratava os materiais como reflexos de grupos culturais específicos, permitindo que Childe organizasse cronologias e comparações entre diferentes sociedades (Trigger, 1989, p. 167-174). Além disso, Childe apoiava-se no difusionismo para explicar a disseminação de inovações culturais ou, como coloca Trigger “ele considerava os seres humanos inerentemente pouco inventivos e dependia fortemente da difusão e da migração para explicar a mudança cultural” (Trigger, 1989, p. 254, tradução livre). Essa perspectiva reforçava sua visão sobre a interação entre culturas como motor de transformação histórica.

Com o passar do tempo, porém, Childe percebeu as limitações de parte dessas abordagens, que, segundo ele, eram excessivamente descritivas e incapazes de responder satisfatoriamente ao “porquê” das mudanças sociais (Trigger, 1989, p. 250-259). Esse questionamento o levou a adotar um olhar mais crítico e ser um dos primeiros a aplicar o conceito de materialismo histórico na arqueologia, influenciado por Marx, mas sem seguir cegamente a tradição marxista. Ele acreditava que as condições materiais e econômicas eram

determinantes para a evolução das sociedades, mas se distanciava da visão marxista mais rígida ao integrar a análise arqueológica e histórica com uma compreensão mais flexível das dinâmicas sociais. Segundo Trigger (1989), sua ênfase nas formas de produção e troca foi central para a compreensão de como as primeiras civilizações se organizaram.

Childe (1950) adota a classificação “selvageria”, “barbárie” e “civilização” desenvolvida por Lewis Henry Morgan (1877) para organizar as sociedades pré-industriais e assegura que esses estágios inevitavelmente se sucedem, nessa ordem. “Se forem definidos por critérios adequadamente selecionados, a hierarquia lógica dos estágios pode ser transformada numa sequência temporal de idades, cuja sucessão arqueológica foi comprovada na mesma ordem onde quer que ocorram.” (Childe, 1950, p. 3, tradução livre). A adoção de tal classificação exprime parte da relação dual de herança e crítica do autor com a teoria evolucionista do século XIX. Para Childe, as transições entre esses estágios não eram determinadas apenas por fatores culturais ou biológicos, como sugeriam seus antecessores, mas impulsionadas por transformações econômicas e tecnológicas, como as Revoluções Neolítica e Urbana. Embora criticasse o determinismo cultural e o viés etnocêntrico do evolucionismo clássico, Childe ainda preservava a ideia de que as sociedades humanas avançavam em uma sequência lógica de transformações, aproximando-se da visão marxista de estágios históricos (Trigger, 2017).

Os pontos de virada entre esses estágios seriam causados, em grande parte, pelas chamadas “revoluções”. A “selvageria” é definida pela subsistência através da caça e da coleta, sendo formada de grupos pequenos, em virtude das limitações alimentares. Através da Revolução Neolítica (ou Agrícola), esses grupos passariam a produzir seus próprios alimentos, ocasionando o aumento de sua população e uma série de “avanços” sociais e tecnológicos. Para Childe (1965), não depender mais de condições 100% ambientais foi o que possibilitou a duplicação da população no período; a especialização do trabalho uma vez que não era mais necessário que todos se envolvessem no processo de obtenção de comida; a formação de comunidades e assentamentos mais estáveis; e uma série de outros fatores que culminariam, mais tarde, na Revolução Urbana.

A Revolução Neolítica consistiria no domínio de algumas plantas e animais. Childe (1965), baseia sua teoria, principalmente, nas regiões da bacia mediterrânica, Ásia Menor e Índia. Segundo o autor, “nas civilizações que contribuíram mais diretamente e mais generosamente para a formação do legado cultural que desfrutamos, o trigo e a cevada estão na base da economia.” (Childe, 1965, p. 78). Através desses cereais possibilitaria-se uma produção de excedentes sem precedentes, uma vez que poderiam ser facilmente armazenados, com um

cultivo sem demandas extremamente altas e com um bom rendimento e valor nutricional. Já o domínio de certas espécies animais possibilitaria a reprodução dos mesmos, reduzindo a necessidade da caça e selecionando os animais com maiores benefícios, acrescenta-se o leite à dieta, a lã a vestimenta e os lombos ao transporte. Desenvolvem-se técnicas como a cerâmica, as estações do ano passam a ser estudadas para prever o andamento das plantações, as ferramentas são aprimoradas e o trabalho especializado passa a ser cada vez mais requisitado (Childe, 1965).

Childe (1965) argumentava que a Revolução Neolítica não foi apenas uma mudança nas formas de subsistência, mas um divisor de águas nas esferas social, política e econômica. Esse período de transição foi, para Childe, um dos maiores marcos na história humana, pois não apenas alterou os modos de produção, mas também transformou a organização social e as relações de poder.

Esse processo culminaria, como colocado pelo autor, nas cidades - resultado e símbolo de uma nova revolução. A Revolução Urbana significaria um novo estágio econômico, gerado a partir de mudanças progressistas na evolução da sociedade. Para Childe (1950) o aumento populacional foi fator central, com uma potencial duplicação da população, primeiro gerando aumento na quantidade de assentamentos, adensamento dos mesmos e posterior expansão. Formam-se então as cidades, a partir de 10 fatores determinantes baseados nos exemplos egípcios e mesopotâmicos (com algumas complicações adicionadas pelos maias). O primeiro é o fator relacional, ou seja, o tamanho era expressivamente maior em comparação às formas de assentamento anteriores. O segundo passa pelo resgate dos trabalhadores especializados que anteriormente seriam relegados ao nomadismo, mas em decorrência da geração de excedentes tem sua utilidade aumentada. Os três fatores seguintes estão fortemente relacionados com o surgimento das classes sociais e hierarquização social, sendo eles: centralização dos excedentes, seja por meio de impostos ao rei ou dizemos às divindades; construções públicas monumentais administradas pelos detentores do excedente; e por fim, a formação de uma classe dominante, geralmente ligada a trabalhos intelectuais, garantidores da paz, segurança, planejamento e organização. Esses três fatores parecem indicar algo que poderíamos chamar de “primeiras formas de Estado”, conforme exemplificado por Childe:

[...] na Suméria, o excedente social foi primeiramente efetivamente concentrado nas mãos de um deus e armazenado em seu celeiro. Isso provavelmente era verdade na América Central, enquanto no Egito o faraó (rei) era ele próprio um deus. Mas é claro que as divindades imaginárias eram servidas por sacerdotes bem reais que, além de celebrar ritos elaborados e muitas vezes sanguinários em sua honra, administravam as propriedades terrenas de seus mestres divinos. Na Suméria, de fato, o deus muito em breve, se não mesmo antes da revolução, compartilhou sua riqueza e poder com um vice-regente mortal, o Rei da Cidade, que agia como governante civil e líder na guerra.

O faraó divino era naturalmente auxiliado por toda uma hierarquia de oficiais. (Childe, 1950, p. 12, tradução livre)

O sexto e o sétimo fator aparecem intimamente relacionados: a invenção de sistemas de registro, juntamente com o desenvolvimento de ciências preditivas e exatas. Através da escrita e da notação numérica, teriam desenvolvido-se a aritmética, geometria, astronomia, matemática e demais ciências responsáveis pelo controle dos ciclos da agricultura, organização do tempo e etc.. O oitavo ponto está relacionado ao desenvolvimento de novas expressões artísticas, “melhor” desenvolvidas tecnicamente, diferenciando-se de acordo com a civilização fabricante. O penúltimo fator, para o autor, seria a importação de matérias-primas através de um comércio externo regular. E, por fim, o último marcador que define uma cidade seria a união de todos esses fatores formando diferença de classes sustentada pela ideologia estatal. Para Childe (1950), a comunidade seria baseada na complementaridade de suas funções, na interdependência entre as classes através de, primeiramente, uma solidariedade comunal e, secundamente, dos instrumentos persuasivos do estado, política e religiosamente.

Em *What happened in history* (1942) o autor havia formulado outro conjunto de dez características, que definiriam uma "civilização" baseando-se justamente em sua observação das primeiras culturas urbanas. Dessa forma, os itens que definem o conceito de cidade são muito semelhantes aos que definem civilização. Para Childe, as primeiras civilizações eram identificadas por sua capacidade de organizar grandes cidades, desenvolver sistemas de escrita, formar estruturas políticas complexas, realizar trocas comerciais e criar formas de estratificação social. Tais características estavam interligadas e a urbanização era o principal motor de desenvolvimento das sociedades humanas, funcionando como um centro para a inovação tecnológica, a organização do trabalho e o controle social (Childe, 1965).

Uma das principais críticas ao modelo de Childe, segundo Smith (2009), é que ele parece não conectar de maneira clara os critérios que apresenta. Para alguns estudiosos, seu modelo funciona mais como uma “lista de compras”, sem realmente explicar como os processos por trás desses critérios se interligam (Adams, 1966, apud Smith, 2009, p. 11). Por outro lado, autores como Colin Renfrew (1994), defendem que essas relações estão implícitas, sugerindo que o modelo antecipava abordagens sistêmicas da arqueologia processual, em voga nas décadas de 1970 e 1980 (Renfrew, 1994, apud Smith, 2009, p. 127).

A recepção das ideias de Childe no meio acadêmico foi diversificada e dinâmica. Nas décadas de 1950 e 1960, seu trabalho foi amplamente adotado e expandido por arqueólogos como Robert McC. Adams (1956), Pedro Armillas (década de 1950) e William T. Sanders (1968), que ampliaram e aplicaram suas ideias em suas próprias pesquisas sobre urbanismo em

diferentes partes do mundo (Smith, 2009, pp. 14-15). Adams, por exemplo, reconheceu a contribuição de Childe como fundamental para suas análises da urbanização na Mesopotâmia e no México (Adams, 1956, apud Smith, 2009, p. 227). De maneira semelhante, Armillas usou as ideias de Childe para influenciar uma nova geração de acadêmicos no México, incluindo William Sanders, que as aplicou aos estudos sobre Tenochtitlán (Smith, 2009, p. 15).

No entanto, a ligação ideológica de Childe com o marxismo gerou certa resistência, especialmente durante a Guerra Fria. Muitos acadêmicos evitaram referências explícitas a seus trabalhos para não associar-se a uma ideologia controversa (Peace, 1988, apud Smith, 2009, p. 15). Mesmo assim, as ideias de Childe conseguiram ultrapassar essas barreiras políticas, sendo adotadas em diversos contextos e adaptadas para atender às necessidades teóricas da arqueologia cultural e processual. Com o tempo, o uso direto do modelo de Childe foi diminuindo, à medida que suas ideias foram sendo integradas a novas abordagens sobre a evolução cultural e o urbanismo. Hoje, seus conceitos ainda são frequentemente mencionados em discussões sobre o desenvolvimento da arqueologia (Trigger, 1980, apud Smith, 2009, p. 16) e como aponta Smith (2009), seus critérios continuam sendo uma base importante para investigações contemporâneas sobre urbanismo e desigualdade social, especialmente nos estudos sobre a complexidade dos estados antigos.

Childe apresenta-se como uma figura complexa. Inovadora e disruptiva para muitos padrões evolucionistas, e racistas, de sua época, mas fortemente tradicional e até mesmo evolucionista para investigações posteriores. Ainda que a crítica a padrões evolucionistas tradicionais e lineares fosse contundente, muitos traços de seus trabalhos seguiam hierarquizando estágios do desenvolvimento humano. Apesar de sua mudança de posicionamento ao longo dos anos, em *What Happened in History* (1942), ainda era possível dizer que “Ele não teve escrúpulos em declarar que a civilização moderna era superior a todas as anteriores, na medida em que era capaz de fornecer um guia confiável para um número muito maior de ações” (Trigger, 1989, p. 262, tradução livre). Mesmo defendendo uma abordagem de evolucionismo multilinear, seus modelos construídos eram bastante estáticos e ainda que esse não fosse seu objetivo, tais modelos serviram para uma revisão da história de inúmeras outras sociedades, as definindo como civilizadas e complexas, ou não.

2.2 CRÍTICAS RELEVANTES AO CONCEITOS TRADICIONAIS

Avanços metodológicos e descobertas arqueológicas recentes têm fomentado questionamentos significativos em relação a essas narrativas tradicionais. Por exemplo, autores

como Graeber & Wengrow (2021) e Scott (2017) desafiaram a linearidade com que essas mudanças são apresentadas, destacando que diferentes sociedades experimentaram combinações variadas de sedentarismo, agricultura e organização política, sem necessariamente seguirem os padrões "revolucionários" propostos por Childe. Portanto, este capítulo propõe explorar tais críticas, organizando o debate em torno de dois eixos principais. O primeiro examina o conceito de “Revolução Neolítica” frente a novas pesquisas, buscando examinar as diferentes maneiras de cultivo. O segundo eixo discute os processos de urbanização e suas consequências.

2.2.1 Sobre a Revolução Neolítica

Como vimos, as narrativas tradicionais frequentemente associam o surgimento da agricultura a uma transformação linear que teria levado ao sedentarismo, ao surgimento de vilas e cidades, e à desigualdade social. Essa perspectiva apresenta a domesticação de plantas como um pré-requisito para a sedentarização uma vez que, como demonstra Scott, “A presunção, ainda comumente mantida, era que a caça e a coleta de alimentos exigiam tal mobilidade e dispersão que o sedentarismo estava fora de questão” (Scott, 2017, p. 44, tradução livre).

No entanto, essa suposição tem sido amplamente desafiada por evidências arqueológicas recentes que mostram que o sedentarismo antecede a domesticação massiva de grãos e gado, e que populações sedentárias frequentemente coexistiram com modos de vida baseados em caça, coleta e agricultura intermitente. Como Scott complementa:

O que também é absolutamente claro é que grãos e gado domesticados são conhecidos muito antes de qualquer coisa como um estado agrário aparecer - muito mais do que se imaginava anteriormente. A lacuna entre essas duas domesticações principais e as primeiras economias agrárias baseadas nelas é agora estimada em 4.000 anos (Scott, 2017, p. 44-46, tradução livre)

Essa lacuna temporal reforça que a transição para sociedades agrárias não foi uma consequência inevitável da domesticação, mas sim um processo complexo, marcado por escolhas sociais e ambientais. Nesse sentido, Graeber e Wengrow defendem que não há como aceitar uma argumentação baseada no aceite quase forçado de arranjos sociais mais desiguais apenas para evitar “uma tragédia dos bens comuns” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 274)

A evidência desse paradoxo desafia a ideia de que a agricultura necessariamente resultou em sistemas centralizados ou desiguais. Pelo contrário, como os autores demonstram, muitas sociedades agrárias adotaram práticas sustentáveis, preservando acesso coletivo à terra e evitando a formação de hierarquias rígidas. Ao exemplificar diferentes esquemas de

redistribuição de terra, eles tentam deixar bastante evidente que “os povos inclinados a ampliar a agricultura de forma sustentável, sem privatizar a terra ou ceder sua administração a uma classe de supervisores, sempre encontram maneiras de fazer isso.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 274). Essa flexibilidade na organização agrária reflete um padrão mais amplo observado entre as primeiras sociedades agrícolas, que frequentemente conciliavam diferentes práticas de subsistência em vez de se comprometerem integralmente com a agricultura.

Os primeiros agricultores, assim, não seguiram um caminho uniforme rumo à adoção integral da agricultura. Tanto Scott (2017), quanto Graeber e Wengrow (2022) salientam que esses grupos frequentemente mantinham modos de vida híbridos, mesclando práticas de cultivo com caça, coleta e uso de recursos silvestres. Essa flexibilidade é destacada por Graeber e Wengrow ao descreverem os chamados “cultivadores relutantes”:

Para alguns estudiosos, todos esses desenvolvimentos constituíam partes de um único processo, que em seu todo apontavam para o ‘surgimento da agricultura’. No entanto, os primeiros agricultores eram cultivadores relutantes que parecem ter se dado conta das implicações logísticas do cultivo da terra e evitaram se comprometer demais com essa atividade. (Graeber; Wengrow, 2022, p. 274)

Essas escolhas refletem a diversidade de contextos ecológicos e sociais em que esses grupos operavam. Em áreas montanhosas, por exemplo, populações frequentemente preferiam modos de vida que combinavam o cultivo intermitente com o uso de recursos silvestres abundantes, não havendo motivos para “vincular a vida a uma gama reduzida de culturas e rebanhos.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 274)

No capítulo “A ecologia da liberdade”, que Graeber e Wengrow (2022) essa síntese com diversos exemplos de diferentes modos de desenvolvimento agrícola, questionando se esse seria, realmente, o ponto determinante da nossa história. O nome do capítulo em questão não é à toa, ele descreve um fenômeno observável em diferentes contextos, mas principalmente na Amazônia:

A ecologia da liberdade descreve a propensão das sociedades humanas a adotar e abandonar (livremente) a agricultura; a realizar cultivos sem se tornarem cultivadores em tempo integral; a cultivar a terra e criar animais sem sujeitar demais a própria existência aos rigores logísticos da agricultura; e a preservar uma gama de fontes de nutrição ampla o suficiente para evitar que o cultivo da terra se torne questão de vida ou morte (Graeber, Wengrow, 2022, p. 284-285)

Exemplos históricos ilustram como essa abordagem flexível se manifestou em diferentes contextos. Na Mesopotâmia, por exemplo, padrões de subsistência nas zonas úmidas do sul incluíam combinações de caça, pesca e coleta com práticas agrícolas intermitentes. Segundo Scott, “Um nicho de subsistência nas zonas úmidas do sul da Mesopotâmia era, comparado aos riscos da agricultura, mais estável, mais resiliente e renovável com pouco

trabalho anual.” (Scott, 2017, p. 52, tradução livre). Por isso, em muitos casos, o desenvolvimento da agricultura ocorreu primeiro em ambientes considerados "pobres", onde a escassez de recursos forçou as populações a adotarem estratégias de subsistência mais intensivas.

Outro caso relevante, que será melhor explorado à frente, é o da Amazônia antiga, onde práticas como o cultivo intermitente e o manejo sustentável da terra permitiram o enriquecimento gradual do solo, garantindo subsistência sem dependência da agricultura intensiva (Graeber; Wengrow, 2022, p. 296).

Para Graeber e Wengrow, “Esse aproveitamento intermitente do cultivo, ou sua permanência em um certo limiar, é algo que nossa espécie realizou com êxito na maior parte de seu passado.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 285). Essa flexibilidade, fundamentada na biodiversidade e no uso estratégico dos recursos, teria permitido que as sociedades humanas evitassem os rigores logísticos da agricultura intensiva enquanto mantinham modos de vida resilientes e sustentáveis. Como sintetizam os autores: “É exatamente esse tipo de flexibilidade ecológica que tende a ficar de fora das narrativas convencionais da história mundial, que apresentam o plantio de um único cereal como um ponto sem retorno.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 285). Eles ainda completam, dizendo que “A biodiversidade – e não o biopoder – foi a chave inicial para o aumento da produção de alimentos no Neolítico.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 284-285).

Tais práticas flexíveis de subsistência, como o uso de recursos diversificados e o manejo comunitário da terra, frequentemente dificultaram a centralização política por serem ambientalmente resistentes ao controle. Scott (2017), explica esse fenômeno a partir das zonas úmidas:

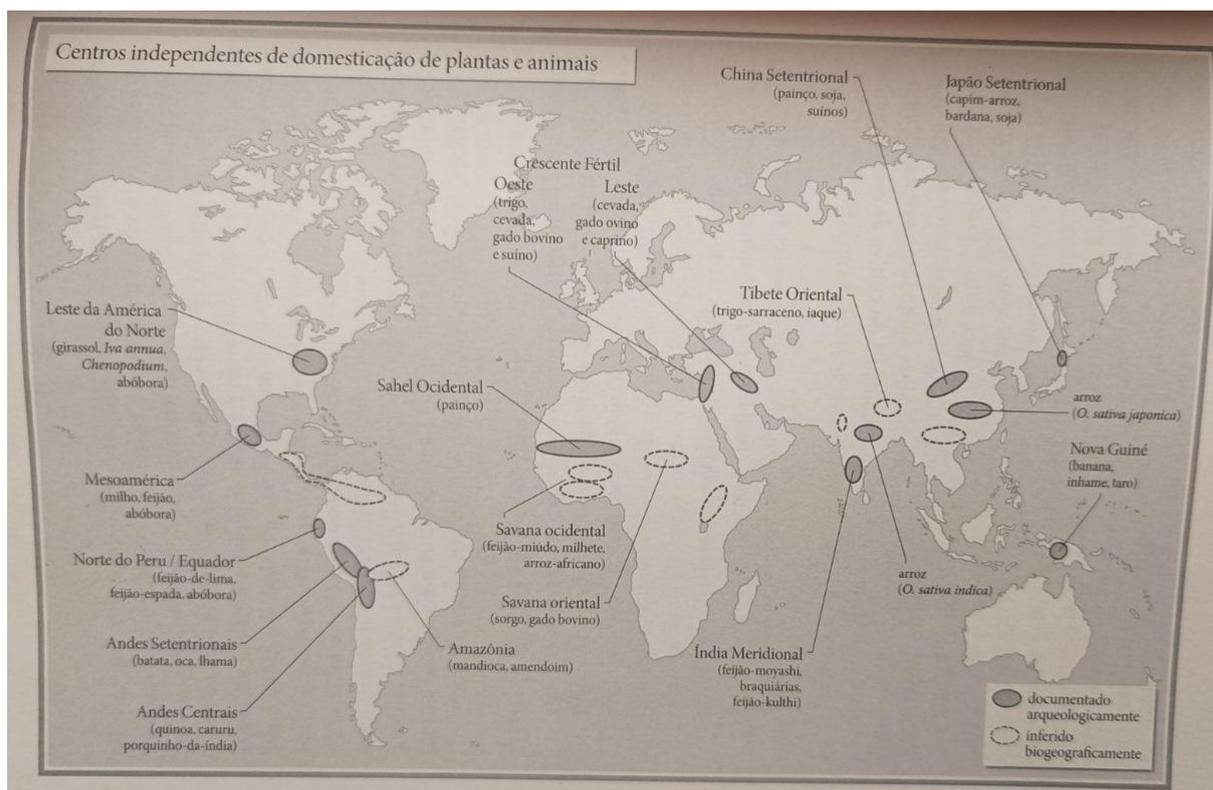
Elas eram baseadas no que hoje são chamadas de "recursos de propriedade comum" — plantas, animais e criaturas aquáticas de vida livre às quais toda a comunidade tinha acesso. Não havia um único recurso dominante que pudesse ser monopolizado ou controlado do centro, muito menos facilmente taxado. A subsistência nessas zonas era tão diversa, variável e dependente de uma multidão de tempos que desafiava qualquer contabilidade central simples. (Scott, 2017, p. 57, tradução livre)

Essas práticas diversificadas não apenas preservaram a autonomia social das comunidades, mas também lhes conferiram maior resiliência diante de mudanças ambientais e sociais. Esses exemplos desafiam as narrativas lineares de progresso mostrando como as sociedades humanas historicamente exploraram estratégias que preservavam sua autonomia e sustentabilidade.

Alguns dos pontos mais básicos das narrativas tradicionais também estão sendo

contestados. Ainda que a transição para a agricultura seja frequentemente associada às chamadas “zonas de desenvolvimento” clássicas, como o Oriente Médio, a China, os Andes e a Mesoamérica, cada vez mais pontos de desenvolvimento independente (Fig. 1) estão sendo encontrados em contexto que não seguiram as formas de desenvolvimento padrão.

Figura 1: Mapa “Centros independentes de domesticação de plantas e animais”.



Fonte: GRAEBER, D. e WENGROW, 2021, p. 277

Outro aspecto fortemente usado por Childe na elaboração de seus modelos revolucionários que têm se mostrado muito mais complexo é a variação da população no início do Neolítico. Apesar de Childe (1965) assegurar que a agricultura e o aumento populacional estavam intrinsecamente ligados, Graeber e Wengrow (2022, p. 286) demonstram que o período parece ter sido marcado por grandes quedas demográficas na Europa Central, quase configurando um colapso regional.

Essas observações reforçam que as trajetórias humanas em direção à agricultura e ao sedentarismo não se encaixam e não podem mais ser reduzidas a uma narrativa linear ou inevitável. Afinal, como Scott (2017) destaca, “A ‘vontade social para o sedentarismo’ não deve ser tomada como certa. Nem os termos ‘pastoralista’, ‘agricultor’, ‘caçador’ ou ‘forrageador’, pelo menos em seus significados essencialistas, devem ser tomados como certos.” (Scott, 2017,

p. 62, tradução livre).

2.2.2 Sobre a Revolução Urbana

Os dez fatores identificados por Gordon Childe (1950) como critérios para definir a "Revolução Urbana" têm moldado narrativas tradicionais sobre o que compreendemos como cidades e seu surgimento. Retomemos alguns pontos de sua definição a partir de uma nova perspectiva, principalmente elaboradas no capítulo "Cidades Imaginárias" de Graeber e Wengrow (2022).

Como vimos, ainda que para Childe a domesticação dos grãos e animais aparecessem como centrais para o desenvolvimento de sociedades agrárias e urbanas, as coisas não funcionaram de maneira tão simples. Scott (2017) é pontual ao evidenciar tal incongruência:

A anomalia de um trecho da história, quando todos os blocos de construção para uma sociedade agrária clássica estão no lugar, mas não conseguem se unir, implora por uma explicação. Uma suposição implícita da narrativa padrão do "progresso da civilização" é que, uma vez que cereais e gado domesticados estivessem disponíveis, eles gerariam, mais ou menos automática e rapidamente, uma sociedade agrária totalmente formada (Scott, 2017, p. 58, tradução livre)

Graeber e Wengrow ainda reforçam que nenhuma parte da explicação tradicional, como a que observamos em Childe, parece ser corroborada pelos fatos arqueológicos de hoje. Para eles, "a agricultura extensiva pode ter sido a consequência não a causa da urbanização" (Graeber; Wengrow, 2022, p. 312-313).

Childe acrescenta a essa equação o tamanho e a escala populacional como elemento definidor, argumentando que as primeiras cidades eram significativamente maiores que os assentamentos anteriores. Mas, o caso dos "megassítios" ucranianos estremece essa lógica, uma vez que:

Tão inusitada quanto a sua escala é a distribuição desses assentamentos maciços, todos próximos uns dos outros, separados no máximo por uma distância de dez a quinze quilômetros. A população total - estimada em vários milhares em cada megassítio, e provavelmente mais de 10 mil em alguns casos - teria portanto de depender de recursos extraídos de um entorno comum. No entanto, seu impacto ambiental parece ter sido surpreendentemente baixo (Graeber; Wengrow, 2022, p. 319)

Esses exemplos mostram que o crescimento das cidades não estava necessariamente ligado ao modelo de sociedades agrárias intensivas que Childe pressupunha. Pelo contrário,

muitas vezes, as decisões sobre quais cereais plantar e quais animais criar tinham menos a ver com a subsistência em si e mais com as emergentes atividades manufatureiras das primeiras cidades, em especial a produção de tecidos, e também com formas populares de culinária urbana como bebidas alcoólicas, pão fermentado e laticínios. Nessas novas economias urbanas, caçadores, coletores e pescadores eram

tão importantes quanto agricultores e pastores. O campesinato, por outro lado, foi um desenvolvimento posterior e secundário (Graeber; Wengrow, 2022, p. 313).

Esse mesmo dinamismo econômico parece ter lançado as bases para outra característica associada às cidades: o trabalho especializado. A narrativa tradicional sugere que a urbanização permitiu a permanência de trabalhadores especializados, anteriormente renegados ao nomadismo, uma vez que as sociedades de caçadores-coletores precisariam utilizar toda sua força de trabalho para garantir sua subsistência (Childe, 1950). No entanto, o surgimento de atividades como manufatura de tecidos, produção de alimentos elaborados e outras práticas ligadas às economias urbanas reforça que o trabalho especializado não era simplesmente um subproduto do excedente agrícola. Há ainda o exemplo de cidades plenamente desenvolvidas que não possuíam muitos dos tipos de trabalho especializado destacado por Childe, “isso vale principalmente para a tecnologia, como metalurgia avançada, agricultura intensiva, tecnologias sociais, como os registros administrativos, ou mesmo a roda” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 311).

Como exemplo, os autores citam a América, pré invasão europeia, onde ferramentas de metal e animais de transporte não eram uma realidade, mas que ainda assim

a escala das capitais pré-colombianas, como Teotihuacan ou Tenochtitlan, supera em muito a das primeiras cidades na China e na Mesopotâmia, e faz com que as ‘cidades-Estado’ da Idade do Bronze na Grécia (como Tirinto e Micenas) parecem um pouco mais do que povos fortificados (Graeber; Wengrow, 2022, p. 311)

Na mesma lógica da especialização do trabalho, Childe (1950) argumentava que as cidades eram centros para o desenvolvimento de ciências preditivas e exatas, como matemática e astronomia. Embora isso seja verdade em muitos contextos, Graeber e Wengrow mostram que algumas sociedades urbanas também eram profundamente conectadas ao conhecimento ecológico local, manejando recursos naturais de forma sofisticada, mas sem necessariamente desenvolver tecnologias como a escrita ou a metalurgia.

Outro elemento fundamental é a narrativa da acumulação de excedentes agrícolas, que permitiria não apenas o sustento de uma população urbana especializada, mas também o surgimento de comércio regular de grandes distâncias, instituições centrais responsáveis por sua gestão, como templos ou palácios. No entanto, como coloca Scott, o comércio não deve ser visto como uma novidade advinda das sociedades agrárias, uma vez que não podemos pressupor as “primeiras aldeias sedentárias como economias autárquicas, consumindo apenas o que produziam. Mesmo seus ancestrais caçadores-coletores não estavam isolados — comercializando obsidiana e bens de prestígio por distâncias substanciais” (Scott, 2017, p. 55, tradução livre). Além disso, evidências arqueológicas de megassítios ucranianos, como

Taljanky, mostram uma realidade muito diferente sobre a centralização no cuidado com o excedente.

Em Taljanky, “não há evidências de administração centralizada ou de armazéns comunitários” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 317). Em vez disso, o padrão organizacional era marcado por habitações individuais com jardins, sugerindo que a produção e o consumo estavam amplamente distribuídos entre os próprios moradores. A ausência de templos ou estruturas centralizadas que pudessem servir como centros de redistribuição reforça a ideia de que a sobrevivência desse assentamento dependia mais de práticas colaborativas do que de uma hierarquia de controle sobre os excedentes.

Para os autores,

Não há dúvida de que produziam excedentes e, portanto, era grande o potencial para que alguns indivíduos assumissem o controle dos estoques e dos suprimentos, a fim de dominar os outros ou disputar os despojos. No entanto, ao longo de oito séculos, encontramos poucos indícios de guerras ou de elites sociais. A verdadeira complexidade dos megassítios está nas estratégias que adotaram para evitar essas coisas (Graeber; Wengrow, 2022, p. 320)

Outro ponto central na definição de Childe é a construção de monumentos públicos. Segundo ele, essas estruturas representavam a materialização do poder gerado pela centralização dos excedentes e sua capacidade de mobilizar grandes contingentes de trabalhadores. No entanto, em sítios como Göbekli Tepe, estruturas monumentais foram construídas por sociedades nômades, antes mesmo do surgimento das cidades, sugerindo que grandes obras não eram exclusivas de sociedades urbanas hierarquizadas. Como Graeber e Wengrow apontam, a monumentalidade podia emergir de esforços colaborativos, sem necessidade de controle centralizado.

Esse questionamento nos leva diretamente a outro critério central da definição de Childe: a formação de classes sociais e hierarquias. Segundo a narrativa tradicional, as cidades exigiam uma elite responsável por organizar o trabalho, administrar os excedentes e garantir a ordem social. No entanto, na Mesopotâmia, por exemplo, “a condição de trabalhador manual não constituía empecilho para que a pessoa participasse diretamente das decisões judiciais e políticas” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 329). Tal afirmação discorda da premissa de Childe de uma diferenciação e posterior hierarquização do trabalho intelectual e braçal.

Como Graeber e Wengrow (2022) apontam, “a arqueologia contemporânea mostra [...] que um número surpreendentemente pequeno dessas primeiras cidades contém sinais de um regime autoritário” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 308). Como exemplo podemos citar a província chinesa de Shandong, onde grandes assentamentos precederam em mil anos o

surgimento das primeiras dinastias reais nas planícies centrais da China, ou os grandes centros cerimoniais como o sítio de Caral no Peru, contando com praças e plataformas monumentais datadas de quatro milênios antes do surgimento do Império Inca. Outro exemplo seriam as planícies maias com impressionantes centros cerimoniais, onde sinais de monarquia ou estratificação social não foram identificados até então. Esses sítios precedem em mais de mil anos o surgimento dos reis do período clássico maia, cujas capitais apresentavam dimensões consideravelmente menores (Graeber; Wengrow, 2022, p. 313-314).

Exemplos como os megassítios ucranianos reforçam essa perspectiva.

Apesar de abrigarem populações significativas e apresentarem infraestrutura urbana avançada, esses assentamentos não exibem sinais de armazéns centralizados, palácios ou sepulturas de elite. Em vez disso, sua organização parece refletir estratégias colaborativas e coletivas, que evitavam a concentração de poder (Graeber; Wengrow, 2022, p. 320).

O maior desses sítios, Taljanky, supera em tamanho as fases iniciais de Uruk, na Mesopotâmia. Mas, para os autores, há uma relutância por parte dos pesquisadores de incluir os megassítios nas narrativas acerca da origem das cidades. O próprio uso do termo "megassítio" estaria desconsiderando, em termos de divulgação, o entendimento destes como cidades de fato, deixando-os mais próximos de vilarejos inesperadamente grandes. Para Graeber e Wengrow essa é uma disputa política externa e interna em relação ao

regime político interno dos próprios assentamentos pré-históricos. Ou melhor, de acordo com as concepções convencionais da política, com o fato de aparentemente não haver nenhum indício de vida política. Não se encontraram evidências de governo ou administração centralizados nem mesmo de algum tipo de classe dominante. Em outras palavras, esses assentamentos enormes tinham todas as características daquilo que os evolucionistas chamam de sociedade "simples", e não "complexa" (Graeber; Wengrow, 2022, p. 315)

Além disso, as cidades do Vale do Indo, como Mohenjo-Daro, apresentam um caso intrigante de urbanismo avançado sem sinais de uma classe dirigente. Estruturas como o chamado "rei-sacerdote" são agora interpretadas mais como produtos de especulação do que como evidências concretas de uma elite governante (Graeber; Wengrow, 2022).

Essa diversidade de formas de organização social desafia diretamente as suposições evolucionistas de que o crescimento urbano necessariamente levaria à concentração de poder. Como os autores concluem:

Vale ressaltar que não estamos argumentando que as primeiras cidades a surgirem em qualquer região do mundo eram sempre fundadas em princípios igualitários (na verdade, logo mais daremos um contraponto perfeito). O que estamos afirmando é que as evidências arqueológicas revelam ter sido esse um padrão surpreendentemente comum, o que vai em sentido contrário às suposições evolucionistas relativas aos efeitos da escala nas sociedades humanas. Em cada um dos casos examinados até

agora — megassítios ucranianos, Uruk mesopotâmica, Vale do Indo — houve um aumento acentuado na escala do assentamento humano organizado, mas sem a consequente concentração de riqueza ou de poder nas mãos de elites governantes. Em suma, a pesquisa arqueológica transferiu o ônus a prova aos teóricos que postulam conexões causais entre a origem das cidades e o surgimento de Estados estratificados, postulações que agora se mostram cada vez mais frágeis (Graeber; Wengrow, 2022, p. 349).

Em suma, a ideia final de que as cidades eram sustentadas por uma interdependência entre classes mediada pela ideologia do Estado se demonstra frágil. Graeber e Wengrow mostram que “longe de dependerem de governantes para gerenciar a vida urbana, a maioria dos moradores de cidades estava organizada em unidades autônomas” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 330) e capazes de resistir a figuras autoritárias. “Na verdade, é quase impossível encontrar uma cidade em qualquer parte do Oriente Próximo antigo que não conhecesse algo equivalente a uma assembleia popular” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 328). Para os autores, o que acontecia na organização dessas cidades têm naturezas tão variadas que uma deliberada exploração de diferentes modelos urbanos parece muito mais provável que o surgimento e adoção deliberada do que chamamos de Estado autoritário.

Em Taosi, na China, Graeber e Wengrow arriscam que podemos observar evidências de uma primeira “revolução social” em contextos urbanos. Para eles, casos como esse demonstram como as primeiras cidades parecem funcionar justamente como espaços de experimentação social frente a diversas concepções sobre a vida urbana. Já os megassítios ucranianos revelam algo igualmente relevante: “uma comprovação de que organizações extremamente igualitárias eram viáveis numa escala urbana” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 323).

Como Scott (2017) observa, a narrativa tradicional que vincula o surgimento das cidades exclusivamente a sistemas de irrigação de terras áridas reflete uma visão historicamente limitada, influenciada pelo contexto em que essas narrativas foram formuladas. Para o autor, “o contexto maior dessa miopia histórica vem da associação quase indelével da civilização com os principais grãos — trigo, cevada, arroz, milho” (Scott, 2017, p. 55, tradução livre), ignorando as origens pantanosas e diversificadas de muitas vilas sedentárias e do urbanismo inicial.

Para correção dessas narrativas é necessário considerar as primeiras cidades como arenas de criatividade e adaptação social, onde formas igualitárias e hierarquizadas coexistiram ou se alternaram. Afinal, “O aumento da quantidade de pessoas habitando um mesmo local pode ampliar enormemente a gama de possibilidades sociais, mas de forma nenhuma predetermina as possibilidades que vão acabar se concretizando” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 353).

3 DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E MODELOS EVOLUCIONISTAS NA AMAZÔNIA

Durante boa parte do século XX, as sociedades ameríndias foram enquadradas dentro de uma perspectiva que as definia como pertencentes a uma “cultura de floresta tropical” (Steward; Lowie, 1948). Sob essa visão, eram interpretadas como uma “decadência” cultural de sociedades andinas, sendo consideradas menos complexas devido a um fator ecológico determinante: a floresta (Meggers; Evans, 1957). Esse determinismo ambiental pressupunha que as características da floresta tropical, como solos pobres e clima úmido, impunham limites intransponíveis ao desenvolvimento social e tecnológico dessas populações. Já nas décadas seguintes, Lathrap (1970) começou a contestar tais afirmações, colocando as várzeas amazônicas como lugares de inovação.

A partir daí, pesquisadores como Eduardo Neves e Michael Heckenberger (2008, 2009) têm conduzido extensas investigações que desafiam esses determinismos monocausais (Neves, 1995). Em seus estudos, contestam as ideias de “decadência” ou incapacidade de complexificação social das sociedades amazônicas, mostrando que tais interpretações desconsideram a agência dos povos indígenas e a diversidade de seus legados culturais. Neves (2022) argumenta que, ao longo de aproximadamente 12 mil anos de ocupação na Amazônia central, os povos indígenas deixaram registros arqueológicos impressionantes e complexos, como diferentes tradições cerâmicas, montículos artificiais, Terras Pretas Antropogênicas e cemitérios organizados.

Esses vestígios têm sido cruciais para ampliar o entendimento sobre a Amazônia pré-colonial, questionando interpretações reducionistas. Como destaca Machado (2006), eles permitem investigar aspectos fundamentais como a presença ou ausência de estratificação e hierarquização social em diferentes culturas, sublinhando a complexidade e diversidade das relações sociais na região. Ademais, Machado (2006) aponta que o principal ponto de debate acadêmico continua a ser a dicotomia entre continuidade e ruptura nas formas de organização social entre as sociedades pré-coloniais e as contemporâneas. Contudo, abordagens recentes enfatizam que essas dinâmicas não são mutuamente excludentes, sugerindo que continuidades culturais coexistem com processos de transformação, formando paisagens sociais que articulam passado e presente de maneira intrincada.

A ideia de uma Amazônia como um espaço vazio ou isolado historicamente tem sido, como veremos, cada vez mais desmontada por meio de estudos multidisciplinares. Por exemplo, trabalhos que exploram a relação entre arqueologia, ecologia histórica e antropologia têm

demonstrado que as populações indígenas realizaram intervenções sistemáticas no ambiente, criando paisagens culturais altamente manejadas. Heckenberger et al. (2003) mostram, no Alto Xingu, sistemas urbanos integrados que incluem aldeias circulares, redes de estradas e áreas de cultivo. Esses achados destacam a intencionalidade e o planejamento dessas sociedades, revelando uma Amazônia profundamente modificada por práticas humanas, desafiando visões que a reduzem a um cenário de pura natureza “selvagem”.

3.1 AMAZÔNIA VISTA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS TRADICIONAIS

Desde os relatos iniciais de viajantes europeus no século XVI até os debates acadêmicos contemporâneos, a região amazônica tem sido objeto de discussões intensas sobre a complexidade social e a interação entre ambiente e cultura. Para Juliana Machado, “A necessidade de compreensão desse mundo levou a inúmeras analogias com civilizações antigas já familiares, como atestam as muitas referências ao mundo clássico.” (Machado, 2006, p. 756).

Durante a primeira metade do século XX, a ecologia cultural ganhou destaque como principal paradigma teórico, com Julian Steward e Robert Lowie propondo a categoria de "cultura de floresta tropical" no *Handbook of South American Indians* (1948). Tal conceito enfatiza traços como: subsistência centrada no cultivo de tubérculos, especialmente a mandioca, complementada por pesca e coleta; ocupação preferencial de áreas ribeirinhas, com os rios desempenhando o papel principal como vias de transporte e comunicação; uso de artefatos simples, como redes de dormir e cerâmicas rudimentares, sem a presença de metais ou tecnologias avançadas; assentamentos com baixa densidade populacional, frequentemente móveis devido à presumida pobreza dos solos e à ausência de monumentalidade arquitetônica ou sistemas políticos centralizados. Além disso, esse modelo apresentava as populações amazônicas como periféricas, adaptadas às limitações impostas pelo ambiente, o que supostamente restringiria sua capacidade de desenvolver estruturas sociais e políticas complexas (Neves, 2000, p. 89; Machado, 2006, p. 760).

Essa visão determinista influenciou profundamente os trabalhos de Betty Meggers e Clifford Evans (1961), cujo os trabalhos desempenharam um papel crucial na interpretação do registro arqueológico da região durante as décadas de 1950 e 1960, particularmente por meio de teorias que associavam o desenvolvimento cultural às restrições ambientais. Um dos principais legados de Meggers e Evans foi o estabelecimento de horizontes culturais baseados na cerâmica, utilizando séries estilísticas como indicadores cronológicos e culturais. Em *An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America* (1961),

os autores organizaram o registro arqueológico amazônico em tradições cerâmicas que, segundo eles, refletiam movimentos de populações e trocas culturais. Essa abordagem contribuiu para o desenvolvimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapaba), que realizou amplos levantamentos arqueológicos na Amazônia brasileira.

Meggers, em particular, sustentou que as ocupações humanas na região eram caracterizadas por povos de mobilidade constante e ciclos de abandono e reocupação dos territórios, resultando em sociedades de baixa densidade e pouco complexas (Machado, 2006, p. 768). Meggers também utilizou conceitos difusionistas para explicar a presença de cerâmicas policromas na Ilha de Marajó, interpretando-as como sinais de uma degeneração cultural derivada de influências externas, particularmente andinas (Machado, 2006, p. 769). Em sua obra *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise* (1971), defendeu a ideia de que a pobreza dos solos amazônicos era um fator limitante para o desenvolvimento de sociedades complexas. Segundo ela, os recursos da floresta tropical permitiam apenas formas de organização social de baixa densidade populacional e mobilidade constante, com ciclos de abandono e reocupação dos assentamentos. Essa teoria se alinhava a uma visão determinista ambiental, que considerava o meio ambiente como o principal fator moderador das sociedades amazônicas.

Contudo, esse modelo começou a ser desafiado na década de 1960, com Donald Lathrap propondo que as várzeas amazônicas poderiam ter sido centros de inovação cultural e domesticação de plantas, incluindo a mandioca-brava. Lathrap (1970) sugeriu que a cerâmica encontrada na Amazônia Central havia evoluído localmente e se difundido ao longo do Rio Amazonas, em oposição às ideias difusionistas de Meggers (Machado, 2006, p. 770). Essa perspectiva foi corroborada por estudos posteriores, incluindo os de Anna Roosevelt (1996), que, na caverna da Pedra Pintada e no sítio de Taperinha, encontrou evidências de cerâmicas datadas em até 7.580 anos AP. Essas descobertas não apenas refutaram a ideia de uma origem externa para a cerâmica, mas também posicionaram a Amazônia como um dos primeiros centros de produção cerâmica nas Américas (Neves, 2000, p. 90). Outras teorias, como a da circunscrição de Robert Carneiro (1983), propõem que a competição por recursos escassos em áreas limitadas, como várzeas férteis, levou à centralização política e à formação de cacicados. Essas formas hierárquicas de organização política eram caracterizadas pela mobilização de mão-de-obra, redistribuição de recursos e produção de bens de prestígio, como cerâmicas elaboradas e monumentos rituais (Machado, 2006, p. 764).

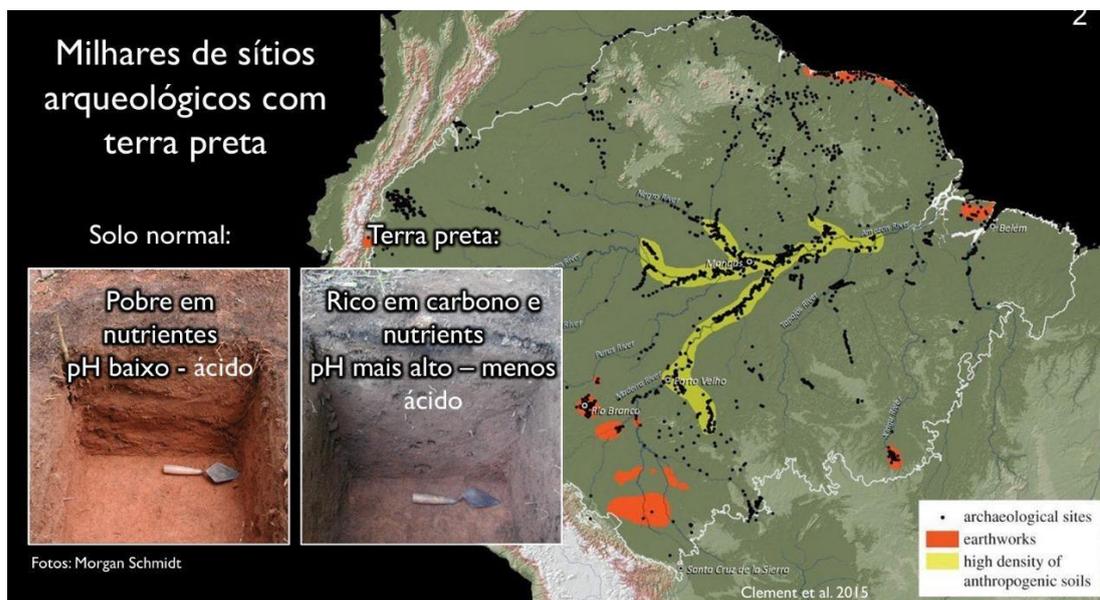
3.2 PESQUISAS RECENTES

As categorias evolucionistas e difusionistas, como a “cultura de floresta tropical”, têm se mostrado cada vez menos sustentáveis à luz das descobertas realizadas por pesquisas interdisciplinares. Tais investigações apontam para uma dinâmica longa e intensa de manejo ambiental na Amazônia, desafiando premissas clássicas como as de Betty Meggers. A ausência de estresse ambiental significativo nesses contextos, por exemplo, contrasta com as ideias de que as condições naturais limitavam o desenvolvimento social na região. Mesmo optando pelo enfoque nas pesquisas arqueológicas, já temos um panorama complexo e fascinante sobre as interações humanas com o ambiente ao longo dos séculos.

Eduardo Neves (1999; 2020; 2022), dentre outros pesquisadores, vêm demonstrando as implicações da existência de "Terra Preta Antropogênica" (TPA ou TPI – Terra Preta de Índio) na paisagem amazônica. A Terra Preta é caracterizada por sua alta fertilidade, elevada concentração de carbono orgânico e presença de nutrientes como fósforo, cálcio e magnésio, marcando-se como uma importante evidência de modificação ambiental humana na Amazônia. Segundo Schmidt et al. (2023), a TPA contrasta acentuadamente com os solos amazônicos típicos, que são altamente intemperizados e de baixa fertilidade. Sua formação é atribuída a práticas humanas intencionais, incluindo descarte de resíduos orgânicos e aplicação de carvão vegetal em locais específicos: "nossos dados arqueológicos e etnográficos mostram que antigos depósitos de terra preta e os atuais possuem composições semelhantes, consistentes com a hipótese de que povos antigos criaram esses solos por meio de manejo intencional" (Schmidt et al., 2023, p. 5, tradução livre).

Essas pesquisas evidenciam que a paisagem amazônica não é apenas uma construção natural, mas também um produto cultural resultante de interações antrópicas. Os depósitos de Terra Preta encontrados em diversos sítios não poderiam ser fruto de ocupações efêmeras, mas sim de "atividades humanas intensas e contínuas ao longo de séculos, indicando densidade populacional significativa" (Heckenberger; Neves, 1999, p. 361, tradução livre). (Fig. 2)

Figura 2: Distribuição espacial e exemplificação de Terra Preta Antropogênica.



Fonte: SCHMIDT, 2024.

No artigo de Carlos Fausto e Eduardo Neves (2018), os autores questionam a adequação de conceitos tradicionais, como "Neolítico" e "domesticação", ao analisarem os contextos amazônicos, introduzindo o conceito de "familiarização" como uma abordagem alternativa para compreender as complexas interações entre humanos e plantas na Amazônia pré-colonial e contemporânea. Enquanto a domesticação sugere uma ruptura entre natureza e cultura, a familiarização enfatiza relações de cuidado, apropriação e incorporação entre humanos e outros agentes naturais, oferecendo uma perspectiva mais ampla e adaptada à realidade amazônica.

Embora a Amazônia seja reconhecida como um dos centros independentes de domesticação de plantas no mundo, a transição para sistemas agrícolas intensivos não ocorreu da mesma forma que em outras regiões. Fausto e Neves destacam que a história do manejo de plantas na região é marcada pela coexistência de estratégias mistas, que incluem o cultivo de plantas domesticadas e não domesticadas.

Para eles, diferentemente do controle absoluto, a familiarização envolve uma série de interações culturais e ontológicas entre humanos e plantas. Entre os Kuikuro do Alto Xingu, por exemplo, pomares de pequi (*Caryocar* sp.) são manejados para preservar a diversidade de espécies, atendendo a múltiplos usos culturais e econômicos, sem priorizar uma única variedade. Além disso, essas práticas incluem dimensões espirituais, como o reconhecimento de "donos" não-humanos das árvores, que podem interagir com os cultivadores. Essa visão reflete a complexidade cultural dessas práticas, que combinam elementos técnicos, sociais e

espirituais em um único sistema de manejo (Fausto; Neves, 2018, p. 1612).

Observações contemporâneas entre os Kuikuro também reforçam a tese de que a formação da TPA envolveu práticas intencionais. Em uma entrevista, um membro da comunidade explicou: "Varremos e juntamos carvão e cinzas e depois jogamos onde vamos plantar, para que se transforme em um belo *egepe*. Lá podemos plantar batata. Quando se planta onde não há *egepe*, o solo é fraco. Por isso jogamos as cinzas, cascas e polpa de mandioca" (entrevista com Kanu Kuikuro apud Schmidt et al., 2023, p. 5, tradução livre). Essa prática, denominada localmente como *ilûbepe*, evidencia o manejo ativo do solo e sua utilização para cultivos específicos. (Fig. 3)

Figura 3: Entrevista com o Kamankgagü Kuikuro⁴



Fonte: SCHMIDT, 2024.

Abordagens etnoarqueológicas, como essas no Alto Xingu, têm demonstrado que, longe de opostas, continuidade e transformação cultural estão intrinsecamente ligadas em uma história de longa duração (Heckenberger, 2001). Enquanto Meggers (1971) argumentava a favor de uma continuidade, Heckenberger e colaboradores (1999) propuseram que os padrões de organização

⁴ Todos os dados, mapas, e imagens no território Kuikuro são a propriedade da Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (AIKAX).

social pré-coloniais foram amplamente transformados pelo impacto europeu (Machado, 2006).

Conforme recapitulam Rapp Py-Daniel e Morael (2023), alguns arqueólogos argumentam que os assentamentos humanos na Amazônia, por volta do ano 1000 EC, podem ser considerados uma forma de urbanismo distinta das observadas em outras partes do mundo. Essa forma de urbanismo apresentado por Heckenberger (2008, 2009),

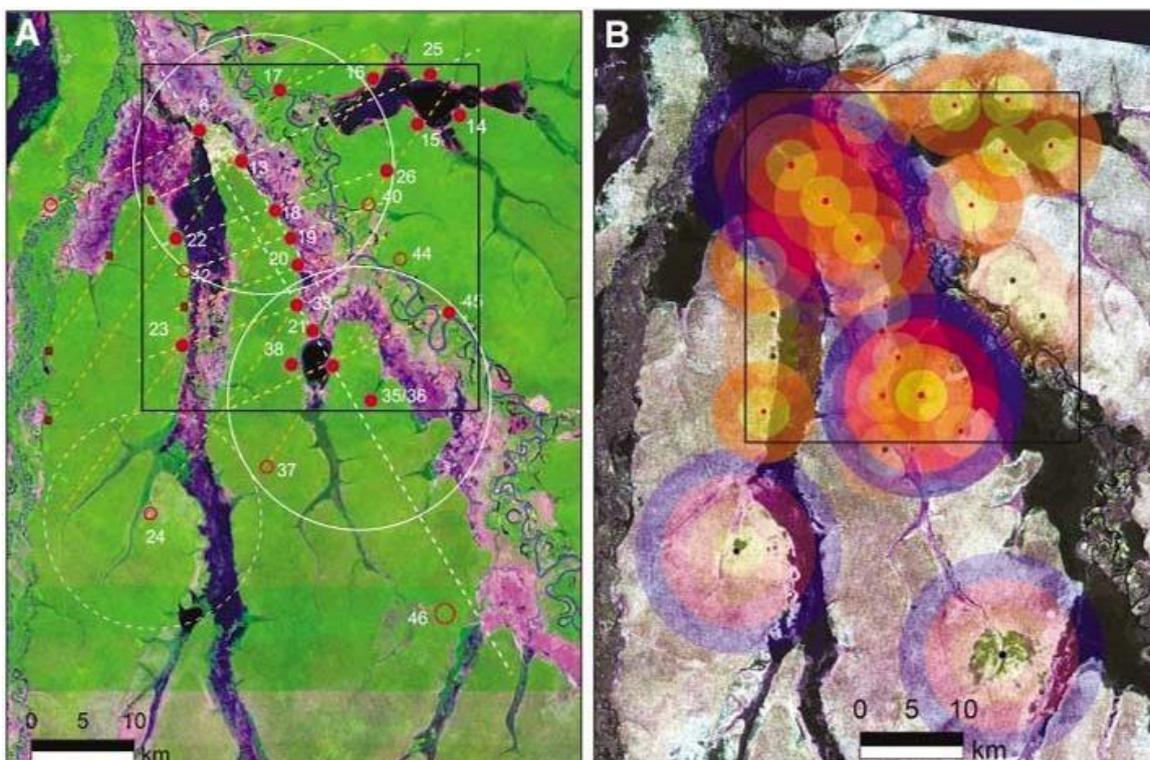
leva em consideração uma série de elementos como: continuidade e tamanho, embora o formato das aldeias tenha permanecido o mesmo ao longo de 1000 anos, o tamanho das aldeias por volta do ano 1000 d.C. era mais de 10 vezes o tamanho das aldeias atuais; a presença de grandes redes, nesta região ainda se constroem e cuidam grandes estradas, ligam diferentes aldeias, estas vias, além de serem mais numerosas no passado, podiam atingir mais de 10m de largura; a densidade populacional estimada foi superior às estimativas para as cidades-estado gregas, que são tidas como as cidades que definiram os padrões de planejamento urbano para as civilizações europeias (Rapp Py-Daniel; Moraes, 2023, p. 65, tradução livre)

Heckenberger *et al* (2008) enxerga tal rede como uma espécie de sistema “galáctico”, com um centro maior de importância ritualística ao redor do qual orbitavam sítios menores.

Os aglomerados galácticos existiam dentro de uma comunidade de pares regional composta por organizações políticas articuladas geográfica e socialmente, mas dependentes, que partilhavam características básicas de tecnoeconomia, organização sociopolítica e ideologia (Heckenberger *et al*, 2008, p. 1215, tradução livre)

Segundo os autores, essa forma de desenvolvimento urbano estava fortemente interligada com a paisagem, adaptando-se de forma única a floresta tropical, combinação essa que gerava uma paisagem “composicionalmente mais heterogênea e geometricamente mais complexa” (Heckenberger *et al*, 2008, p. 1216, tradução livre). Heckenberger experimenta ainda o termo 'Garden Cities', inspirado por Ebenezer Howard (2007 [1902]), para descrever essas comunidades, ressaltando a integração harmoniosa entre a organização espacial e o manejo ambiental da floresta tropical. (Fig. 4, 5 e 6)

Figura 4: Redes regionais no Alto Xingu



Fonte: HECKENBERGER, 2008.

Legenda: (A) Redes rodoviárias regionais, nos sítios e entre eles. Os agrupamentos do Norte e do Sul são assinalados por grandes círculos brancos; os sítios pequenos círculos vermelhos sólidos; sítios sem coordenadas GPS por círculos vermelhos abertos; localizações hipotéticas de sítios por quadrados; o agrupamento putativo pelo círculo branco a tracejado; e as orientações extrapoladas das estradas por linhas a tracejado. (B) Áreas concêntricas de uso sobrepostas em amarelo, laranja e azul posicionadas sobre sítios pré-colombianos.

Figura 5: Conceito artístico da aldeia de Kuhikugu

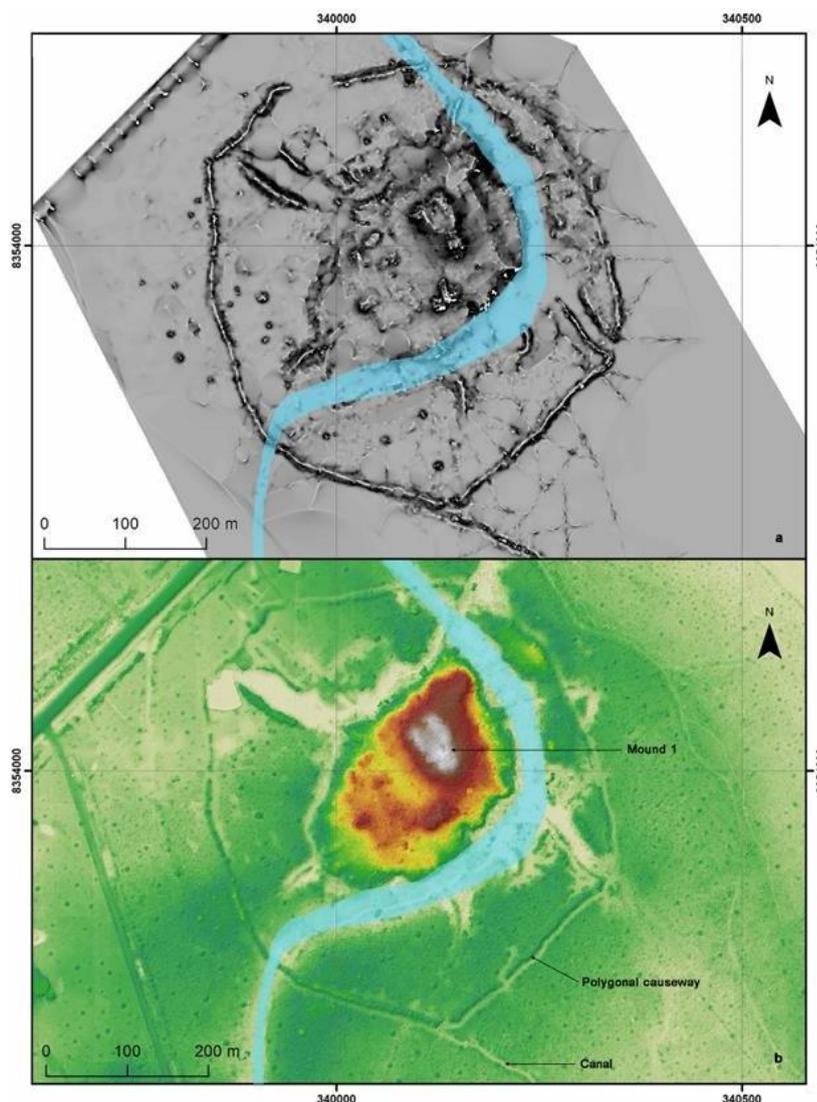


Fonte: HECKENBERGER, 2009.

Os geoglifos encontrados na Amazônia ocidental, descritos por Pärssinen, Schaan e Ranzi (2009), ilustram o desenvolvimento arquitetônico de culturas pré-colombianas. Segundo os autores, essas estruturas geométricas, como círculos e retângulos delimitados por valas e aterros, muitas vezes conectadas por estradas elevadas, sugerem um planejamento social e político avançado. No sítio Fazenda Colorada, por exemplo, foram encontrados vestígios de ocupações permanentes, incluindo cerâmica e carvão, indicando a existência de uma população substancial capaz de realizar grandes obras de engenharia (Pärssinen; Schaan; Ranzi, 2009, p. 1086-1087). Os geoglifos também desafiam a dicotomia clássica entre várzea e terra firme. Pärssinen et al. destacam que a descoberta de geoglifos na várzea e na terra firme demonstra uma "cosmologia compartilhada e formas semelhantes de organização social" (Pärssinen; Schaan; Ranzi, 2009, p. 1090-1091) em diferentes ecossistemas amazônicos. O planejamento estratégico dos assentamentos, localizado em áreas com fontes de água e visibilidade privilegiada, reflete uma adaptação eficiente ao ambiente.

Para além da Amazônia brasileira, pesquisas nos Llanos de Mojos, na Bolívia, têm demonstrado que a cultura Casarabe desenvolveu um sistema de assentamentos caracterizado por urbanismo de baixa densidade, integrado por infraestruturas monumentais e redes de manejo hídrico. Segundo Prümers et al. (2022), dois dos maiores sítios dessa cultura, Cotoca e Landívar, medem 147 e 315 hectares, respectivamente, e apresentam plataformas elevadas, pirâmides cônicas de até 22 metros de altura e calçadas que interligam os assentamentos regionais. Esses sítios também são circundados por fossos e muralhas defensivas, além de apresentarem áreas cerimoniais elaboradas, indicando uma sociedade com alta organização social e controle territorial (Prümers et al., 2022). A monumentalidade desses assentamentos reflete um intenso investimento em trabalho, com grandes volumes de terra movimentados em Cotoca. O sistema de canais, como o de 7 km que conectava a Laguna San José a Cotoca, demonstra técnicas avançadas de manejo da água e uso agrícola. Prümers et al. (2022) destacam que "O layout arquitetônico de grandes assentamentos da cultura Casarabe indica que os habitantes desta região criaram uma nova paisagem social e pública através da monumentalidade" (Prümers et al., 2022, p. 327, tradução livre). Os autores também propõem "que o sistema de assentamento da cultura Casarabe é uma forma singular de urbanismo agrário tropical de baixa densidade" (Prümers et al., 2022, p. 327, tradução livre) com hierarquias regionais bem definidas, onde grandes centros, como Cotoca, serviam de núcleos principais conectados a centros secundários e terciários por extensas redes de transporte e gestão de recursos (Prümers et al., 2022). (Fig. 6).

Figura 6: Mapas detalhados de dois edifícios-plataforma em forma de U



Fonte: PRUMERS, 2022.

Legenda: Em cima um dos edifícios-plataforma inferiores do sítio da Cotoca, e em baixo o monte principal do sítio de Salvatierra.

A continuidade cultural entre os sítios arqueológicos e os povos indígenas contemporâneos, como vimos, é um dos traços significativamente abordados nas pesquisas recentes. Heckenberger e colaboradores destacam que, por exemplo, a organização das aldeias Kuikuro no Alto Xingu, caracterizada pelo uso de praças centrais e redes viárias, apresenta notáveis similaridades com os padrões observados nos sítios arqueológicos da região. Essa correspondência destaca a relevância de abordagens colaborativas que incorporem o conhecimento indígena na interpretação dos registros arqueológicos. (Heckenberger; Neves, 1999). Pesquisadores indígenas têm atuado lado a lado com demais pesquisadores, oferecendo não apenas suporte logístico, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas de manejo

e organização do território. Afukaká Kuikuro e Urissapá Tabata Kuikuro, chefes indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX), desempenharam papéis cruciais (Vieira, 2003) ao lado de Heckenberger, contribuindo para a elaboração de uma história de longa duração da cultura xinguana (Heckenberger, 2001). Esses líderes ajudaram a conectar a arqueologia com as práticas e saberes indígenas, reforçando a continuidade entre as práticas atuais e passadas de manejo e organização do território.

4 INCOMPATIBILIDADE ENTRE ESTÁGIOS EVOLUCIONISTAS E OS CONTEXTOS AMAZÔNICOS OU, ATÉ ONDE ESSAS NARRATIVAS SE RELACIONAM

Este capítulo busca explorar a interseção entre narrativas tradicionais — estruturadas sobre fundamentos eurocentrados e etapas lineares de desenvolvimento — e as críticas que emergem tanto do contexto local amazônico, ao sublinhar sistemas sociais e ambientais dinâmicos, quanto em âmbito global, ao propor uma visão mais plural das experiências humanas. Ao mesmo tempo, procura-se abordar as questões do urbanismo, tomando como principal exemplo os assentamentos do Alto Xingu por volta do ano 1000 EC, problematizando as relações entre teorias de desenvolvimento urbano e o povoamento amazônico. É possível aplicar conceitos formulados a partir de exemplos distantes, como os de Childe, a contextos tão distintos? Como descrever o tipo de organização espacial recorrente nesse território e quais desafios isso apresenta às teorias tradicionais?

Ao longo do século XX, modelos evolucionistas estruturaram boa parte das interpretações arqueológicas, pautando-se em uma linearidade que, partindo da chamada “Revolução Neolítica”, culminaria de forma quase inevitável na formação de sociedades urbanas (Childe, 1950). Por volta da década de 1960, pesquisas conduzidas na Amazônia, influenciadas por enfoques deterministas (Steward, 1955; Meggers, 1971), reforçaram tais concepções. Contudo, parece estar cada vez mais claro que “pensamentos que reforçam falsas premissas como o isolamento e imobilidade dos povos indígenas, ou ainda os pintam como populações sem história e imóveis no tempo, são facilmente confrontados durante a leitura de trabalhos como *Sob os tempos do equinócio* (Neves, 2022)” (Carminati, 2024, p. 3).

Muitos trabalhos mais recentes, como os de Graeber e Wengrow (2021), chamam atenção para a diversidade de trajetórias históricas e a necessidade de romper com enquadramentos simplificadores. Já pesquisas arqueológicas na Amazônia evidenciam organizações sociais complexas que não parecem se encaixar confortavelmente em categorias lineares e convencionais. Nesse contexto, o debate atual não se restringe a indagar se as sociedades amazônicas “falharam” em alcançar um suposto ideal urbano; a questão passa a ser compreender como as concepções de progresso e urbanismo se relacionam com realidades históricas diversas.

4.1 ENTRE A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA E O MANEJO AMBIENTAL

A visão tradicional que temos do desenvolvimento humano foi construída com base em dezenas de pré-requisitos, nos quais toda sociedade deveria, em teoria, se encaixar. É claro que esses conceitos e marcos temporais foram estabelecidos a partir de exemplos que não condizem com a realidade amazônica. No entanto, fica cada vez mais difícil ignorarmos as diversas formas de manejo ambiental e organização social desenvolvidas em nosso território. Se sociedades indígenas sul-americanas sabiam, como indicam as pesquisas, plantar e manejar a abundância de alimentos presente na floresta, por que então não seguiram as mesmas linhas de desenvolvimento que, teoricamente, sociedades do crescente fértil seguiram?

Como vimos, a própria ideia de “sociedades exemplares” dessa linha de acontecimentos não se sustenta mais da mesma maneira, segundo Scott (2017), Graeber e Wengrow (2022). Mesmo em regiões frequentemente citadas como centrais no desenvolvimento agrícola, como o sul da Mesopotâmia, apresentam formas diversas de lidar com a domesticação, inclusive muitas vezes de maneira não intensiva. Mesmo em regiões como o Crescente Fértil, os processos de domesticação e urbanização foram mais lentos e descontínuos do que se pensava.

Já no contexto amazônico, a ideia de domesticação, como frequentemente entendida no Ocidente, perde sua aplicabilidade. Manuela Carneiro da Cunha (2019) argumenta que a relação entre os povos indígenas e a floresta não se dá por meio de uma lógica de submissão ou controle absoluto do meio, mas através de dinâmicas horizontais e cosmologias que reconhecem a agência de animais, plantas e outros elementos do ambiente. Esse “mundo de sujeitos” implica práticas de manejo que favorecem a coexistência, em vez da colonização da terra, desafiando a noção de domesticação como ponto de partida para o progresso humano.

A arqueologia e a antropologia, ao explorar os sistemas produtivos amazônicos, revelam um modelo baseado em práticas sustentáveis e de longo prazo, como o manejo florestal e a gestão de espécies úteis, sem a necessidade de intensificação agrícola. Como apontam Fausto e Neves (2018), esses sistemas produtivos, longe de serem “incompletos”, representam uma adaptação sofisticada ao ambiente tropical. O conceito de “familiarização” proposto pelos autores permite abordar as interações humanas com o ambiente de forma mais sutil, reconhecendo a geração de diversidade agrícola como um reflexo direto dessas relações. Portanto, “referir-se a tais estratégias produtivas de manejo ou cultivo de plantas como um ‘estágio inicial’ dentro de um curso de desenvolvimento prejudica nossa capacidade de compreendê-las plenamente” (Fausto; Neves, 2018, p. 1605, tradução livre).

Graeber e Wengrow destacam que as cosmovisões dos povos originários estão

fortemente ligadas ao fato desses não se tornarem senhores de outras espécies. “Estamos tratando aqui de povos que têm todas as habilidades ecológicas exigidas para cultivar a terra e criar rebanhos, mas que apesar disso se restringem, preservando um cuidadoso equilíbrio entre forrageador (ou melhor, silvicultor) e cultivador” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 293).

Esse tipo de "cultivo lúdico", derivado do que os autores apresentam como “ecologia da liberdade”, era composto de uma complexidade de formas de subsistências baseados na escolha deliberada de não desenvolver o cultivo de forma intensiva e predatória. No caso dos povos amazônicos então, ainda que tenham atuado (e ainda atuam) no manejo e transformação de seu entorno, não estabeleceram uma relação de colonização sobre o ambiente, mas sim práticas que produzissem um entorno mais favorável para a ocupação humana. Afinal, conceitos que envolvem a plena domesticação se tornam complexos de serem aplicados em ambientes que são preenchidos por uma vasta gama de sujeitos, como os animais, plantas, rios, montanhas, espíritos-donos, que atuam simultaneamente na construção da floresta (Cunha, 2019). Sendo a relação estabelecida com a agricultura também muito mais flexível do que proposto por modelos evolutivos lineares, que marcaram tal advento como um “ponto sem retorno” na história de qualquer sociedade, o que se observa nos casos amazônicos é uma abertura para mudança de estados, na qual grupo que praticavam a agricultura poderiam passar para formas de maior mobilidade, ou vice-versa, sem que isso defina qualquer tipo de perda, como defendido por modelos hierárquicos de sociedades.

Eduardo Neves propõe a ideia de uma “premissa da abundância”, destacando que a relação das sociedades amazônicas com a agricultura era flexível, permitindo que grupos transitassem entre modos de vida mais móveis e práticas agrícolas sem perda de complexidade. Essa fluidez contrasta com a visão tradicional de que a adoção da agricultura representaria um marco irreversível no desenvolvimento humano. Para Graeber e Wengrow, isso significou “um excelente obstáculo ao avanço do Estado colonizador”, tratando-se “literalmente de uma ecologia da liberdade” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 296).

O enriquecimento do solo da Amazônia no tempo profundo, era um processo lento e constante, não uma atividade anual. Tal enriquecimento do solo por meio de técnicas como a Terra Preta Antrópica reflete a capacidade dessas populações de construir sistemas produtivos altamente eficazes e sustentáveis, que permanecem relevantes até hoje. Além de sustentar práticas de manejo intencional de solo, a TPA possui uma importância significativa como reservatório de carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. Como observa Schmidt et al. (2023), "os depósitos de terra preta demonstram a enorme capacidade de armazenamento de carbono e nutrientes em solos antropogênicos e o potencial de sequestrar

carbono adicional por meio da formação contínua" (Schmidt et al., 2023, p. 5, tradução livre).

Graeber e Wengrow demonstram que “[...] a história mais profunda dos trópicos americanos revela que padrões igualmente livres e flexíveis de produção de alimentos sustentaram o crescimento civilizatório em escala continental, muito antes da chegada dos europeus” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 296). Essas evidências revelam que a sustentabilidade, a flexibilidade e a coexistência podem ser os verdadeiros marcadores de sociedades complexas, desafiando as “régua ocidentais” e oferecendo novos horizontes para compreender as dinâmicas socioambientais do passado e do presente.

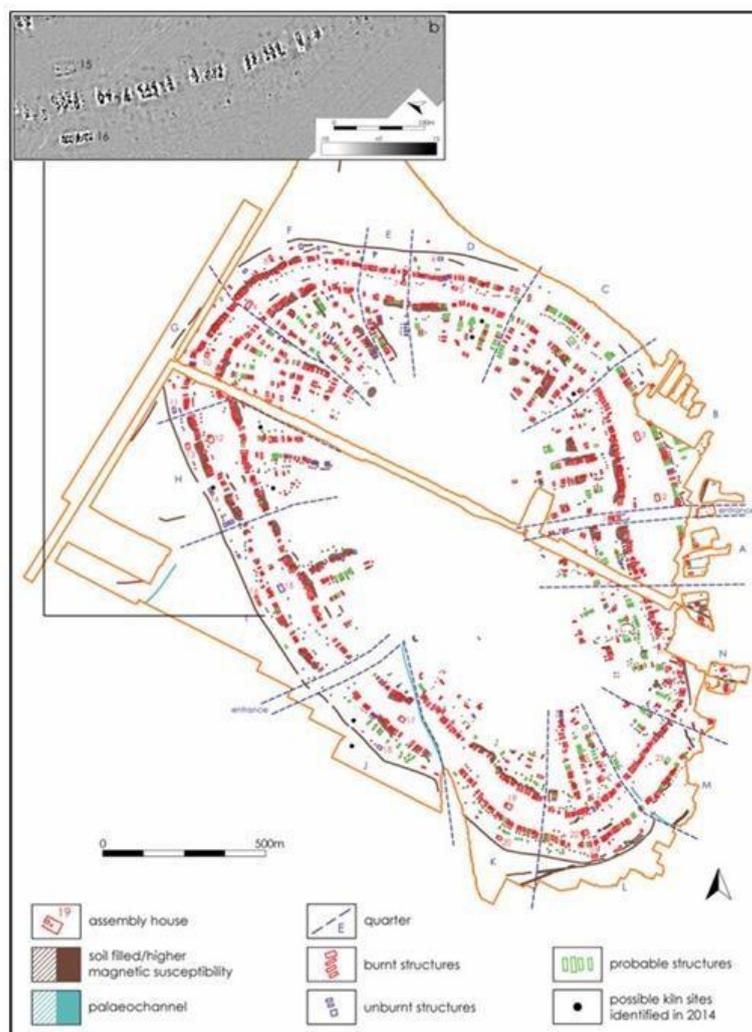
4.2 ENTRE A REVOLUÇÃO URBANA E AS “CIDADES JARDIM”

Em termos tradicionais, a cidade é frequentemente associada a características como templos, palácios, fortificações e uma economia baseada na agricultura em larga escala. Contudo, tais definições têm sido questionadas à luz de novas evidências arqueológicas. Aqui trataremos especialmente do contexto do Alto Xingu, na Amazônia, onde modelos urbanos não ocidentais desafiam concepções convencionais.

No Alto Xingu, Heckenberger e Neves analisaram sítios de até 50 hectares que apresentam evidências de ocupação contínua e planejada. "Esses assentamentos foram organizados em torno de praças centrais, com estradas radiais interligando diferentes vilas, formando uma rede regional altamente estruturada" (Heckenberger; Neves, 1999, p. 359, tradução livre), afirmam os autores.

No documentário “Amazônia 10 milhões” (Amazônia... 2017), a pesquisadora Helena Pinto Lima (2017) demonstra como é difícil acreditar em uma Amazônia de poucos assentamentos isolados diante de diversos indícios de conexão entre múltiplos sítios. Algumas das evidências que desconstroem essa ideia do território amazônico como vazio demográfico estão relacionadas com o que, suponho, podemos chamar de urbanismo relacional/conectado, ou seja, uma série de populações espalhadas pela Pan-amazônia, organizadas em redes que estabeleciam diferentes conexões entre si, seja por caminhos terrestres ou fluviais por onde um fluxo intenso de ideias viajava (Amazônia... 2017; Heckenberger, 2009).

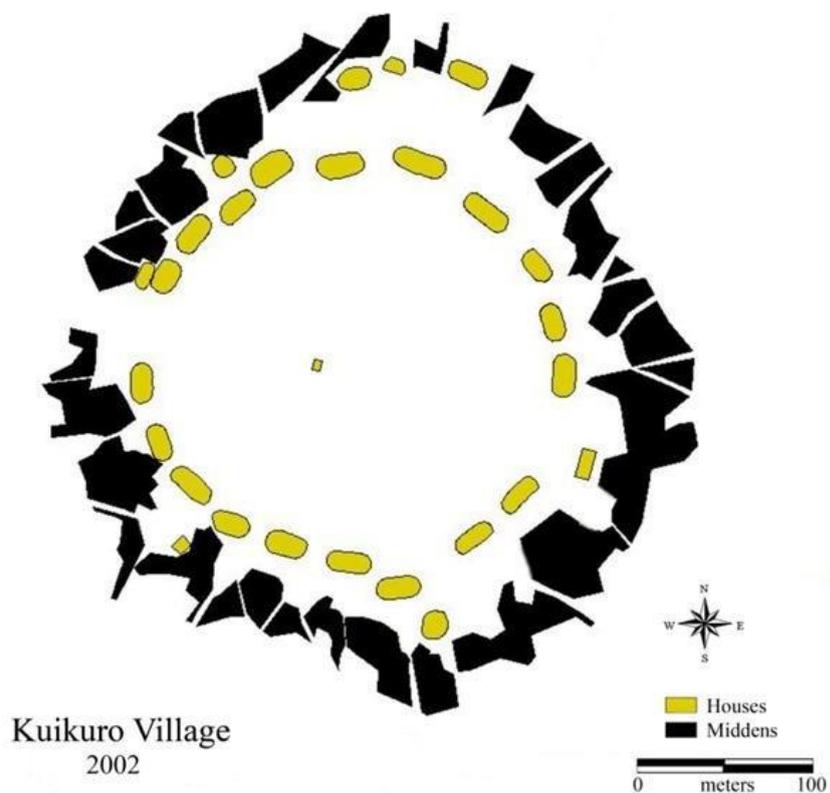
Figura 7: Plano magnetométrico do megassito de Nebelivka



Fonte: GAYDARSKA et al. Trypillia Megasites in Context: Independent Urban Development in Chalcolithic Eastern Europe, 2019.

Essa ideia vem sendo usada para definir o conceito de cidade/urbano em outros contextos antigos como, por exemplo, no caso dos megassítios ucranianos (Gaydarska *et al*, 2019). Se observarmos a planta de Nebelivka (Fig. 7) com plantas de aldeias Kuikuro hoje (Fig. 8) – levando em consideração suas continuidades em relação às mais antigas, mas mantendo em vista suas escalas significativamente menores em relação às mesmas – podemos observar algumas semelhanças: como a circularidade marcada por espaço residências em suas extremidades, preservando o centro do círculo sem grandes construções.

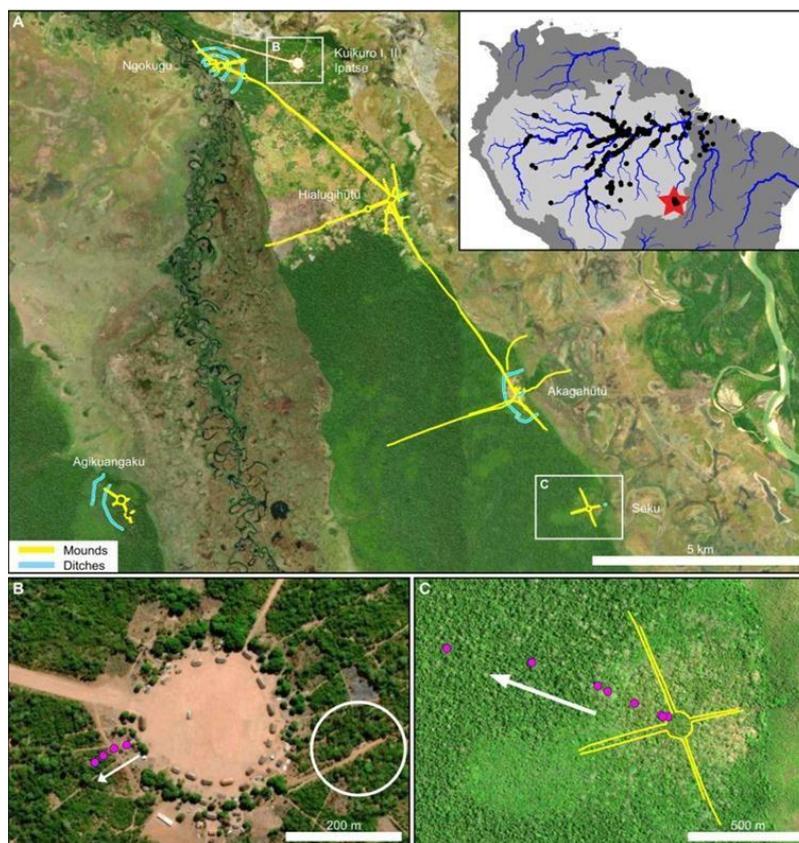
Figura 8: Disposição da Aldeia Kuikuro (2002)



Fonte: SCHMIDT.; GOLDBERG; HECKENBERGER; FAUSTO; FRANCHETTO; WATLING, 2023.

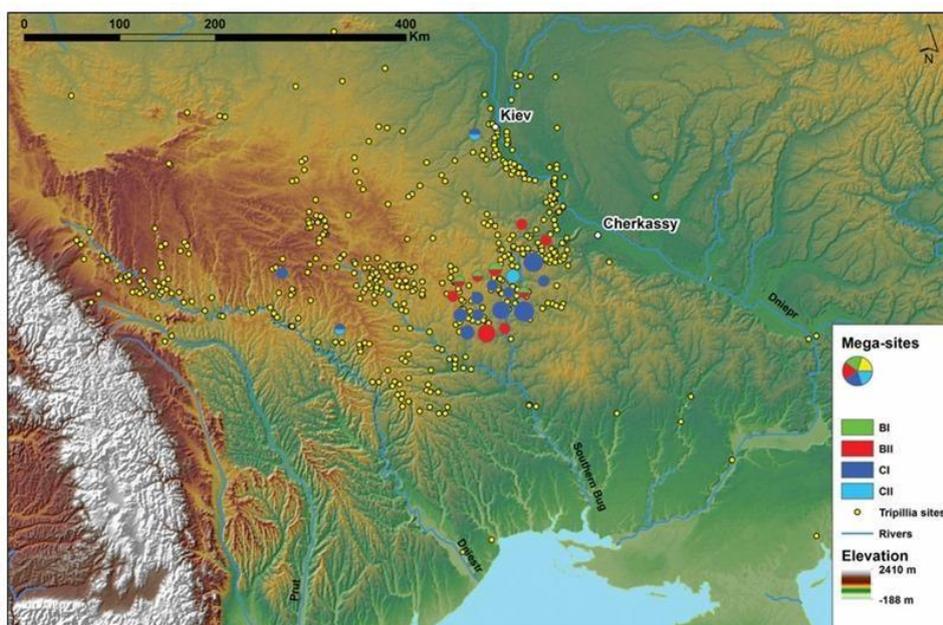
Ademais, se o pensarmos na relação de um centro com o outro em ambos os contextos parece haver uma proximidade física, de acesso simplificado. No Alto Xingu essa ligação é estabelecida a partir de um série de estradas radiais, de largura considerável. (Fig. 9, 10)

Figura 9: Localização da área de estudo, sítios e transectos de amostragem no Alto Xingu



Fonte: SCHMIDT.; GOLDBERG; HECKENBERGER; FAUSTO; FRANCHETTO; WATLING, 2023.

Figura 10: Mega-sítios ucranianos em relação



Fonte: GAYDARSKA, 2019.

Quando nos referimos a organização social de tais exemplos, também podemos notar uma tendência a estratégias de manejo ambiental menos predatórias, com cultivos de pequena escala associados mais diretamente aos assentamentos. Graeber e Wengrow, para o caso ucraniano, sugerem “[...] a possibilidade de os habitantes dos megassítios terem deliberadamente manejado o ecossistema a fim de evitar o desmatamento em grande escala”, sendo esse um exemplo do “‘cultivo lúdico’ em grande escala: uma população urbana que subsistia do cultivo e da criação em pequena escala, associados a uma extraordinária diversidade de alimentos silvestres.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 319).

É claro que esta comparação é demasiadamente simplista e implicaria uma série de exames mais detalhados que levassem em consideração sua diferença de escala, ambientes, temporalidades e etc para que fosse de fato válida. No entanto, estabelecer esses paralelos possibilita que façamos algumas perguntas interessantes em relação ao que vem sendo considerado para definir conceitos urbanos.

Como vimos, parece existir uma resistência para nomear como “cidade” os até então “megassítios”. Já no caso brasileiro, conceitos como “cidade” e “urbanismo” podem não capturar plenamente as formas de organização espacial e social de povos amazônicos. No entanto, o termo “cidade” parece sofrer de uma carência maior de investigação.

Ainda que Heckenberger afirme que “Na Amazônia, há poucos indícios para o tipo de grandes centros singulares considerados cidades em outras áreas do mundo” (Heckenberger, 2008, p. 1217, tradução livre), a discussão acerca do uso do termo “cidade” mostra-se relevante na instância em que carrega um peso conceitual significativo nas discussões sobre urbanismo inicial, organização espacial e complexidade social. Aplicá-lo a contextos amazônicos desafiaria definições convencionais baseadas em modelos ocidentais.

Para Graeber e Wengrow,

a questão permanece: diante de um povo que descobriu uma maneira para que uma grande população se governe e se sustente sem templos, palácios e fortificações militares ou seja, sem exibições de arrogância aviltamento e crueldade -, por que supomos que é menos complexo do que os povos que não conseguiram isso? Por que hesitamos em dignificar esses lugares com o nome de "cidade"? (Graeber; Wengrow, 2022, p. 316)

O trecho se refere ao caso ucraniano, mas o mesmo poderia ser questionado para o caso amazônico. Essa discussão possui implicações exclusivas em nosso território, como a sobrevivência dessas sociedades até os dias atuais e a luta anticolonial colocada nas disputas de nomenclatura. No entanto, fazer essa discussão a partir da perspectiva de assentamentos desenvolvidos sem agricultura extensiva e predatória ou formas de governo autoritário, podem aquecer debates maiores sobre o que entendemos como espaços urbanos e sociedades

organizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, “Até tempos bem recentes, a Amazônia era considerada um refúgio atemporal de tribos isoladas, tão próximas quanto possível do Estado de Natureza de Rousseau ou de Hobbes” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 294). Ainda que essa lógica reducionista não se sustente mais diante da gama de novos estudos em diferentes áreas e da colocação cada vez mais frequente de vozes indígenas, estamos longe de derrotá-la por completo. Grande parte dos que acreditam nessa narrativa diriam defender avidamente a floresta diante dos ataques à sua integridade física, posição essa da qual não poderíamos discordar, mas poderíamos desconfiar. Precisamos entender qual Amazônia estamos defendendo, e por que deveríamos defendê-la, para que possamos de fato protegê-la.

A Amazônia, frequentemente vista como um vazio verde, revela formas de manejo da paisagem que deixam claro que a região é, também, culturalmente construída há muito tempo. Redes de comunicação entre diferentes territórios e manejo sustentável de recursos evidenciado pelos solos antropogênicos são só algumas das formas culturais presentes no território. Ainda assim, conceitos como “Revolução Agrícola/Neolítica” e “Revolução Urbana” consagraram uma lista de pré-requisitos que a Amazônia está longe de preencher.

Durante algum tempo a resposta para essa questão foi tentar empurrar as comunidades aqui estabelecidas rumo à civilização de Childe, mas não seria muito mais coerente repensar o que entendemos como “desenvolvimento” ou “civilização”?

A partir de questões subversivas como essas, podemos ser capazes de enxergar novas possibilidades, não só no passado, mas também no presente. Formas menos desenvolvimentistas e pré-determinadas de se estar no mundo. Afinal, se de fato nunca existiu um passo a passo preciso e linear, por que continuar acreditando que todas as sociedades deveriam seguir esses passos? Por que insistirmos em escalas de menos e mais evoluído se a evolução social como conhecemos parece ser uma falácia? Por que acreditar que esse era, e é, o único destino possível se ele nos trouxe consequências como o colapso climático?

Para Graeber e Wengrow, “vem se tornando cada vez mais claro que os primeiros moradores urbanos nem sempre deixaram marcas de seu impacto no ambiente, ou uns nos outros” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 309). Essas sociedades, longe de centralizarem poder em templos ou palácios, construíram redes descentralizadas. Para Pierre Clusters (1974), muitas sociedades indígenas sul-americanas não só sabiam o que eram poderes centralizados e poderiam estabelecê-los, como construíram formas de organização que, não só fossem

diferentes disso, mas que também fossem formas de lutar contra isso – daí deriva o nome do livro: *Sociedades contra o Estado*.

“Se temos dificuldades em imaginar que uma vida alternativa poderia ser infinitamente envolvente e interessante, talvez seja mais um reflexo dos limites da nossa imaginação do que dessa vida em si.” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 36). A partir do momento em que questionamos as narrativas tradicionais e passamos a comprovar uma gama de outras possibilidades, estamos possibilitando um grande exercício imaginativo. Quais possibilidades nos restam? Quando deixamos de achar que existe uma única resposta correta, abrimos abundantes opções. Existem possibilidades – o caso amazônico parece nos indicar que existem até mesmo precedentes –, mas todas elas passam por uma grande mudança do que entendemos por civilização, urbanismo e desenvolvimento. Afinal, “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral” (Krenak, 2022, p. 11).

Há, portanto, a necessidade de uma consciência ecológica, mas também política sobre a Amazônia. O potencial da mata não está somente na absorção de carbono, mas em toda sua diversidade de espécies e experiências. Em todas as experimentações realizadas em seu tempo profundo e presente, por humanos e não-humanos, coexistindo e cocriando. E essa com certeza é uma disputa política. Nos embates que se seguirão, Eliane Brum (2021) avisa que a escolha de lados se dará não pelas palavras, mas pelo corpo. Projetos como Amazônia Revelada, liderado pelo arqueólogo Eduardo Neves, têm colocado o corpo na disputa, em busca de adicionar uma camada de proteção governamental em novas áreas do território. Mas esse é apenas um começo.

Como povos-floresta têm apontado, esta é também uma guerra entre os que defendem ‘desenvolvimento’ e aqueles que defendem ‘envolvimento’. Entre aqueles que querem se tornar des-envolvidos – porque deixaram de se envolver, colocando-se fora da natureza e tornando a natureza mercadoria produtora de mercadorias – e aqueles que se sabem envolvidos, porque são parte orgânica do planeta (Brum, 2021, p. 376)

REFERÊNCIAS

_____. Fragmentos do Antropoceno (2021) – Direção e Roteiro Andre Deak (tese de doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sPw4mwV8cM>.

AMAZÔNIA 10 milhões. Direção de Ricardo Azoury. Produção de Juliana Reis. Realização de Ancine. 2017. (45 min.), P&B. Série Arqueologias: Em Busca dos Primeiros Brasileiros – Ep. 1. Disponível em: <https://vimeo.com/191993723>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRUM, Eliane. Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CARMINATI, Lucas. O equinócio que iluminou oito mil anos de história na Amazônia Central. Não Publicado.

CHILDE, Vere Gordon. "The Urban Revolution". *The Town Planning Review*. Liverpool University Press. 21 (1): 3–17, 1950.

CHILDE, V. Gordon. A Revolução Neolítica. In: CHILDE, V. Gordon. *Man Makes Himself*. Londres: C. A. Watts & Co. Ltd., 1965. Cap. 5. p. 77-110.

CHILDE, Gordon. O que aconteceu na história. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

CLEMENT, C. R., FERREIRA, M. J., CASSINO, M. F., & MORAES, J. F. (2024). Domesticação das paisagens amazônicas. *Estudos Avançados*, 38(112), 55-71. doi:10.1590/s0103-4014.202438112.004

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antidomestication in the Amazon: swidden and its foes. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 126-136, 1 mar. 2019. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/703870>.

EVANS, C.; MEGGERS, B. *Archaeological Investigations on the Rio Napo, Eastern Ecuador*, Smithsonian Contributions to Anthropology, vol. 6. Smithsonian Institution Press, Washington. 1968.

FAUSTO, Carlos; NEVES, Eduardo G.. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. *Antiquity*, [S.L.], v. 92, n. 366, p. 1604-1618, dez. 2018. Antiquity Publications. <http://dx.doi.org/10.15184/aqy.2018.157>.

GAYDARSKA, Bissierka; NEBBIA, Marco; CHAPMAN, John. Trypillia Megasites in Context: independent urban development in chalcolithic eastern Europe. *Cambridge Archaeological Journal*, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 97-121, 14 out. 2019. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0959774319000301>.

GRAEBER, D. e WENGROW, D. O despertar de tudo. Uma nova história da Humanidade. Cia das Letras, São Paulo, 2021. Cap.1: 15-41.

HECKENBERGER, Michael J.; RUSSELL, J. Christian; FAUSTO, Carlos; TONEY, Joshua R.; SCHMIDT, Morgan J.; PEREIRA, Edithe; FRANCHETTO, Bruna; KUIKURO, Afukaka. Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. *Science*, [S.L.], v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 29 ago. 2008. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.1159769>.

HECKENBERGER, Michael J.. Lost Cities of the Amazon: the amazon tropical forest is not as wild as it looks. *Scientific American*, [s. l], p. 64-71, out. 2009.

HECKENBERGER, Michael; NEVES, Eduardo Góes. Amazonian Archaeology. *Annual Review Of Anthropology*, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 251-266, 1 out. 2009. Annual Reviews. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-anthro-091908-164310>.

HECKENBERGER, M. J.; PETERSEN, J. B.; NEVES, E. G. Village size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. *Latin American Antiquity*, v. 10, n. 4, p. 353-376, 1999.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATHRAP, D., MARCOS, J. e ZEIDLER, J.. Real Alto: An Ancient Ceremonial Center. *Archaeology*, 30(1): 2-13. 1977.

LOWIE, R.. The Tropical Forests: An Introduction. In: Steward, J. (ed.), *Handbook of South American Indians*, vol. 3, pp. 1-56. Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, Washington, DC. 1948.

MACHADO, Juliana Salles. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, v. 49, n. 2, 2006.

MEGGERS, B.; DIAS, O.; MILLER, E. e PEROTA, C.. Implications of archaeological distributions in Amazonia. In: Vanzolini, P. e Heyer, W. (eds.), *Proceedings of a Workshop on Neotropical Distribution Patterns*, pp. 275-94. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro. 1988.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Morfologia das Cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana*. *Revista Usp*, São Paulo, n. 30, p. 144-155, Junho/Agosto 1996.

MUNDURUKU, Daniel. Tempo, Tempo, Tempo. In: *Educação e Diferenças e...* n. 1, p. 1-7, jun. 2018.

NEVES, Eduardo Góes. O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica. *R-Evista Usp*, São Paulo, v. 44, p. 86-111, dez./fev. 1999-2000. Trimestral.

PRÜMERS, Heiko; JAIMES BETANCOURT, Carla; IRIARTE, José; ROBINSON, Mark; SCHAICH, Martin. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. *Nature*, v. 606, n. 325, p. 325-328, 2022. <https://doi.org/10.1038/s41586-022-04780-4>.

RAPP PY-DANIEL, A.; MORAES, C. P. *Lifetimes of human occupations in Amazonia: rethinking the human presence and landscape transformations*. *Revista Formação (Online)*, v. 30, n. 56, p. 55-72, 2023.

SAUNALUOMA, Sanna; MOAT, Justin; PUGLIESE, Francisco; NEVES, Eduardo G. *Patterned Villagescapes and Road Networks in Ancient Southwestern Amazonia*. *Latin American Antiquity*, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 173-187, 26 nov. 2020. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/laq.2020.79>.

SCHMIDT, Morgan J.; GOLDBERG, Samuel L.; HECKENBERGER, Michael J.; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna; WATLING, Jennifer; et al. *Intentional creation of carbon-rich dark earth soils in the Amazon*. *Science Advances*, v. 9, n. 38, p. 1–12, 2023. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh8499>.

SCHMIDT, Morgan. *Criação Intencional de Terra Preta na Amazonia Antiga e a Formação de Reservatórios de Carbono*. San Jose de Guaviare, 2024. 29 slides, color. Disponível em: https://www.academia.edu/124182135/Cria%C3%A7%C3%A3o_Intencional_de_Terra_Preta_na_Amazonia_Antiga_e_a_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Reservat%C3%B3rios_de_Carbono. Acesso em: 01 dez. 2024.

SMITH, Michael E. V. *Gordon Childe and the Urban Revolution: A Historical Perspective on a Revolution in Urban Studies*. *The Town Planning Review*, v. 80, n. 1, p. 3–29, 2009.

STEWART, J.. *Culture Areas of the Tropical Forests*. In: Stewart, K. (ed.), *Handbook of South American Indians*, vol. 3, pp. 883-903. Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, Washington, DC. 1948.

TRIGGER, Bruce G.. *History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.